



BNDES anuncia R\$ 10 bilhões para indústria 4.0 e bens de capital verde

Precatórios da União para 2027 somam R\$ 44,9 bilhões

Página 10

Vítimas de descontos indevidos do INSS têm mais 90 dias para contestar

Página 6

Festival Sabor de SP chega ao Parque da Água Branca, na capital paulista

Neste sábado (28) e domingo (29), o Parque da Água Branca, na capital paulista, recebe o Festival Sabor de São Paulo – Etapa Capital, evento que celebra a diversidade culinária, turística e cultural, valorizando os empreendedores do setor no estado.

Página 2

Brasil tem recorde de 66,8% dos trabalhadores na previdência social



No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil atingiu o patamar recorde de 66,8% da população ocupada contribuindo para algum regime previdenciário, o que significa 68,196 milhões de trabalhadores cobertos pela Previdência Social.

Esse é o maior percentual registrado desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Página 3

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou na sexta-feira (27) R\$ 10 bilhões em linhas de crédito para financiar a difusão de máquinas e equipamentos da indústria 4.0 e para bens de capital voltados a projetos da economia verde.

Os recursos serão disponibilizados em duas linhas de crédito do programa

BNDES Mais Inovação, no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB). O anúncio ocorreu durante o seminário Acordo Mercosul-União Europeia: um Novo Capítulo para a Indústria Brasileira, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na capital paulista.

A linha para Indústria 4.0 terá orçamento de R\$ 7 bilhões e a linha para bens de capital verde, R\$ 3 bilhões.

Página 3

Prefeitura de SP perde recurso e deve retomar serviço de aborto legal

Página 2

Anel mantém bandeira verde e conta de luz não terá acréscimo em abril

Página 17

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,24	Compra: 5,27
Venda: 5,24	Venda: 5,47
EURO	
Compra: 6,03	
Venda: 6,03	

Esporte

GP do Japão desafia relação de forças na F-1

Por Tiago Mendonça

Por enquanto, foram duas corridas com domínio total da Mercedes e de seus dois pilotos, George Russell e Andrea Kimi Antonelli. Não por acaso, eles lideram o campeonato: Russell tem quatro pontos de vantagem sobre Antonelli. Mas essa relação de forças será desafiada na madrugada deste domingo em Suzuka, no GP do Japão.

A corrida, marcada para 2h da manhã no horário de Brasília, promete mostrar se há mais alguém no páreo. A Ferrari começou a temporada como segunda força e tem ocupado as posições restantes de pódio até aqui, com Charles Leclerc na Austrália e Lewis Hamilton na

China, comemorando seu primeiro pódio pela equipe italiana.

Mas os treinos em Suzuka mostraram uma McLaren renovada e reforçada, com Oscar Piastri terminando a sexta-feira como o mais rápido, quase um décimo a frente de Antonelli. Resta saber se em ritmo de corrida os carros da atual campeã do mundo podem fazer frente a Ferrari e Mercedes. Tradicionalmente, a pista japonesa tem sido território de domínio da Red Bull. A equipe venceu as últimas quatro provas no Japão, desde 2022, sempre empurrada pelos motores Honda. A partir deste ano, a Red Bull usa as unidades de potência preparadas pela própria equipe com apoio da Ford.

A mudança de regulamento em si também não caiu bem dentro da Red Bull, que tem dificuldades

para voltar a brigar por pódios. Na sexta-feira, Verstappen foi apenas o 10º colocado, enquanto Isack Hadjar ficou ainda mais distante, na 15ª colocação.

A Audi completou um dia intenso de treinos em Suzuka, com a equipe competindo novamente por posições na parte superior do pelotão intermediário. Nas duas primeiras sessões, Nico Hülkenberg e Gabriel Bortoleto cumpriram o programa de testes, buscando o ajuste ideal para enfrentar o desafio traçado de Suzuka.

Apesar de um problema técnico que forçou uma troca preventiva de câmbio e afastou Gabriel de parte do segundo treino livre, os dados coletados nas duas horas de atividade da sexta-feira servirão de base para os en-



Gabriel Bortoleto

genheiros, tanto na pista quanto na fábrica, enquanto a equipe se prepara para a corrida.

Bortoleto foi o 11º colocado na primeira sessão e 16º na se-

gunda. A Audi em si andou bem, colocando Hülkenberg em sétimo no segundo treino livre. "Foi uma sexta-feira de altos e baixos", resumiu Gabriel Bortoleto. "A ses-

são da manhã foi bem tranquila, mas identificamos um problema logo no início do TL2 e decidimos realizar uma troca preventiva de câmbio. Isso significou perder algum tempo na garagem, mas a equipe fez um trabalho incrível para preparar o carro e me colocar de volta para o final da sessão. Gostaria de agradecer imensamente a todos pelo esforço e trabalho duro", acrescentou.

"Ainda conseguimos dar algumas voltas e reunir informações úteis, então vamos aproveitar isso e continuar evoluindo a partir daqui", comentou o piloto brasileiro, que marcou pontos na Austrália na abertura do campeonato, mas teve problemas e nem largou na China, na segunda etapa.

Eric Granado estreia em Austin na Baggers Cup da MotoGP

Por Jácio Baldi



Eric Granado

Nem bem esfriou o asfalto em Goiânia e a MotoGP já aterrizou em Austin para finalizar a etapa no Contingente Americano. A novidade é que nessa etapa Norte Americana acontecerá a estreia a "Harley-Davidson Baggers World Cup". Será um campeonato realizado com motos Harley Davidson, e terá seis etapas durante a temporada com duas corridas em cada etapa, uma no sábado e outra no domingo. A abertura acontece nesse final de semana e a última etapa será em setembro na Áustria, no autódromo Red Bull Ring. O campeonato contará com quatro times e nove motos (mas esse número poderá aumentar durante a temporada). O modelo será o da Harley-Davidson Road Glide, mas totalmente modificado para corridas, uma motocicleta de aproximadamente 280 kg, com cerca de 200 cv e que pode superar os 300 km/h na pista.

As duas corridas, que valem pontos para a classificação, acontecerão no sábado e domingo, enquanto o Desafio da Missão, com três voltas e a participação dos seis pilotos mais rápidos na classificação, será realizado na sexta-feira à tarde. O vencedor levará para casa um prêmio de cinco mil dólares (fonte MotoGP). Wayne Rainey, presidente da MotoAmerica estava eufórico com o acontecimento dentro do Mundial de Motovelocidade: "Gostaria de agradecer a todos da MotoGP que ajudaram a tornar isso possível, aos fabricantes e aos nossos patrocinadores. Estou ansioso para ver a reação do paddock e dos fãs da categoria quando virem as Baggers em ação."

Na categoria MotoGP, Marc Márquez, teve uma queda a mais de 190 km/h na Curva 10, fazendo com que a bandeira vermelha fosse acionada e interrompesse o treino. Após trocar de macacão e com um curativo vi-

sível na mão esquerda, Márquez voltou à pista para os dez minutos finais do Treino Livre 1. Ele rapidamente subiu para o quarto lugar na tabela de tempos, 0,378s atrás de Pedro Acosta, da KTM (1º). O líder do campeonato, Marco Bezzecchi, da Aprilia, começou o fim de semana em nono, mas manteve os mesmos pneus durante todo o treino.

A Aprilia aproveitou para revelar, às vésperas do GP dos Estados Unidos, a sexta geração da linha X da Aprilia, inspirada na MotoGP. Batizada de 'Aprilia X 250TH', a motocicleta de edição limitada, ostenta uma pintura com as cores da bandeira americana para celebrar os 250 anos da Declaração de Independência dos Estados Unidos. "Mais

uma vez, a Aprilia Racing apresenta um produto exclusivo ainda mais próximo de uma moto de MotoGP", disse Massimo Rivola, CEO da Aprilia Racing. "Ao longo dos anos, as motos da série X tornaram-se muito procuradas tanto por colecionadores quanto por aqueles que buscam experimentar uma emoção extremamente próxima à que os pilotos de MotoGP sentem, finalizou Rivola.

No sábado a Sprint acontece às 17h (horário de Brasília) e a primeira prova da Baggers Cup às 18:10h (que poderá ser acompanhada pelo canal da MotoGP no YouTube). No domingo a corrida da Harley acontece às 11:45h e a MotoGP às 17h com transmissão da ESPN.

Prefeitura de SP perde recurso e deve retomar serviço de aborto legal

A prefeitura de São Paulo perdeu um recurso de apelação e terá de retomar o serviço de aborto legal no Hospital e Maternidade Municipal Vila Nova Cachoeirinha. A unidade realizava interrupções previstas em lei em gestações com mais de 22 semanas.

O hospital é localizado na zona norte da cidade e considerado referência nesse tipo de procedimento.

Por lei, o aborto, ou interrupção de gravidez, é permitido e garantido no Brasil em casos de estupro da mulher, de risco de vida para a mãe e em situação de bebês anencéfalos. No entanto, em dezembro de 2024, o Hospital Municipal e

Maternidade da Vila Nova Cachoeirinha suspendeu a realização desse tipo de procedimento.

Na ocasião, a prefeitura informou que a suspensão seria temporária, mas não deu prazo de quando o serviço seria retomado.

A interrupção levou a ao menos 15 casos de desrespeito ao direito de interrupção, segundo levantamento da Defensoria Pública. Ação foi proposta pelo coletivo Educação em Primeiro Lugar, formado pela deputada federal Luciene Cavalcante, pelo deputado estadual Carlos Gianazzi e pelo vereador Celso Giannazi, os

três parlamentares do PSOL.

Na decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, o relator Eduardo Prata Vieira disse que os médicos municipais não têm providenciado o adequado encaminhamento das pacientes e estão negando o atendimento das vítimas.

“Ao contrário, em atos ilegais, promovemos nova vitimização das mulheres vítimas de estupro,

incutindo terror psicológico e emocional para que se abstenham de exercer direito fundamental previsto em lei”, explicou a promotora, na decisão do dia 4 de março que levou à retomada dos atendimentos.

A prefeitura alegava que outras unidades faziam o atendimento na cidade, o que foi negado pelos parlamentares e por ONGs que atuaram no apoio da

acusação.

Com a decisão, coube à prefeitura retomar o atendimento na unidade de referência. A decisão, em segunda instância, confirmou o entendimento do julgamento de outubro de 2025 e o prejuízo às cidadãs.

“A verdade dos fatos se provou diversa, revelando o próprio apelante que não se trata, como sugere, de mero ato de

gestão e realocação do serviço, mas de pura negativa do direito fundamental das mulheres ao aborto legal em casos de risco, feto anencéfalo e estupro”, informa a decisão.

Procurada, a prefeitura negou que o serviço especializado havia sido interrompido na unidade e confirmou que já voltou a atender no Hospital de Vila Nova Cachoeirinha. (Agência Brasil)

Festival Sabor de SP chega ao Parque da Água Branca, na capital paulista

Neste sábado (28) e domingo (29), o Parque da Água Branca, na capital paulista, recebe o Festival Sabor de São Paulo – Etapa Capital, evento que celebra a diversidade culinária, turística e cultural, valorizando os empreendedores do setor no estado. O evento ocorrerá das 11h às 20h, com entrada gratuita, e faz parte do programa Sabor de São Paulo, promovido pela Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP), em parceria com o Mundo Mesa e o Senac-SP.

Esta é a segunda edição do Festival na capital e reúne 70 produtores artesanais e 110 restaurantes que integram as 15 Rotas Gastronômicas já mapeadas no estado. A programação também vai trazer sessão de fotos com os personagens Chico Bento e Rosinha no estande da Setur-SP, show do grupo Demônios da Garoa e outras atrações musicais para toda a família.

Entre os produtos que poderão ser encontrados no Festival Sabor de São Paulo da Água Branca podemos citar cachapas, doces, queijos, cervejas, vinhos e diferentes pratos preparados por empreendedores gastronômicos do interior e do litoral.

Entre os participantes estarão presentes a Palmitolândia, do município de Iporanga; Azeitel Rossini, de Santo Antônio do Pi-



Estande do Sabor de SP.

nhai; De Paula Charcuterie, de Ibiúna; os queijos da Fazenda Atalaia; de Amparo; Danega Conservas, de Presidente Prudente, com pastas, conservas e molhos; Tosta Coffee Roaster, de Garça, com cafés especiais; e Mavic Biscoitos, de São José do Barreiro.

Na ala dos restaurantes, o Manjuba & Cia, de Ilha Comprida, apresenta uma paella à marinheira. O Dona Chica Restaurant, de Campos do Jordão, comercializa o mini arroz caldoso de costela com vinagrete de pinhão e peixinho da horta com chutney de cebola. E para quem aprecia sanduíches, a opção é a Famosa Linguíça, de Bragança Paulista. A programação e o cardápio completo podem ser acessados no

site sabordesp.sampa.br.

Sobre o programa Sabor de São Paulo

O Sabor de São Paulo é um programa do Governo do Estado de São Paulo realizado por meio da Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP), em parceria com o Mundo Mesa e o Senac-SP, que apresenta, em 15 diferentes rotas gastronômicas distribuídas por regiões do interior e do litoral, os caminhos percorridos por diversos produtos artesanais, da terra ou dos rios e mares, até a mesa do consumidor.

O programa divulga o cenário gastronômico existente fora da capital, destacando o trabalho dedicado de produtores re-

gionais e estabelecimentos comerciais. Entre julho de 2023 e março de 2026 foram percorridas 38 regiões turísticas. Ao todo, 13.235 pessoas participaram dos festivais regionais e 2.145 estiveram presentes em capacitações de produtores e profissionais da gastronomia e do turismo de 339 municípios mapeados. O programa também conta com o apoio de instituições como Senac, Sebrae, Faeap, Senar, Aprecep, Amiteps, prefeituras locais e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Sobre o Parque da Água Branca

Inaugurado em 1929, o Parque da Água Branca é um dos mais tradicionais espaços públicos de São Paulo. Criado por iniciativa do então secretário de Agricultura, Antônio da Silva Prado, o parque nasceu com o objetivo de incentivar as atividades agropecuárias e promover a educação técnica no setor. Com o passar das décadas, transformou-se em um espaço multifuncional que reúne história, natureza e cultura. Hoje, é um refúgio verde em meio à cidade, oferecendo lazer, aprendizado e convivência para todas as idades. Entre suas principais atrações estão trilhas para caminhada, playgrounds, além da tradicional feira orgânica, que aproxima os visitantes dos produtores locais e incentiva o consumo sustentável. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, o vereador que presidia o maior parlamento municipal do Brasil era Moacir Longo. Foi cassado, com demais comunistas, pelo 1º governo militar do marechal Castelo Branco

PREFEITURA (São Paulo)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, o prefeito da maior cidade do Brasil e da América do Sul era Prestes Maia (União Democrática Nacional - UDN). Maia sucedeu Adhemar de Barros, maior rival de Jânio Quadros

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, o deputado que presidia o maior parlamento estadual do Brasil era Cyro Albuquerque (releito pelo PSP Adhemarista). A sede ficava no centro histórico [Parque Dom Pedro 2º]

GOVERNO (São Paulo)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, o governador do mais importante Estado do Brasil e América do Sul era Adhemar de Barros (fundador do Partido Social Progressista). Foi assado em 1966 pelos militares que apoiou

CONGRESSO (BRASIL)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, a Câmara Deputados era presidida pelo paulista Ranieri Mazzilli (PSD original) e o Senado era presidido pelo paulista Auro Moura Andrade (PTN que hoje é o Podemos)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, o presidente era João Goulart (eleito em 1960 pelo PTB - separado de Jânio Quadros pelo PTN). Os militares [um marechal e mais 4 generais do Exército] governaram até 1985

PARTIDOS

Histórias: em 31 março / 1º abril 1964, os grandes partidos políticos eram o Social Democrático, o Trabalhista Brasileiro e o União Democrática Nacional. Os demais eram o Social Progressista, o Trabalhista Nacional, ...

(Brasil)

o Socialista Brasileiro, o Democrata Cristão, o Movimento Trabalhista Renovador, o de Representação Popular, o Republicano e o Libertador. Em 1965 foram extintos, dando origem ao Arena [governo] e MDB [oposição]

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Melhor é o longânimo do que o valente, e o que governa o seu espírito do que o que toma uma cidade" Provérbios 16:32

Governo abre inscrições para a 2ª edição do Selo Amigo da Pessoa com TEA

O Governo de São Paulo anuncia a abertura das inscrições para a segunda edição do Selo Amigo da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O prazo teve início na sexta-feira (27) com a publicação do edital e segue até o dia 27 de abril.

A iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPeD) tem como objetivo reconhecer e valorizar ações, projetos e práticas que promovam a inclusão, o respeito e a garantia de direitos das pessoas com TEA no estado de São Paulo.

Para o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa, a continuidade da iniciativa reforça o compromisso do Governo de São Paulo com políticas públicas inclusivas.

“Estamos dando sequência a uma ação que já demonstrou impacto real na vida das pessoas com TEA e suas famílias. A segunda edição do Selo Amigo da Pessoa com TEA amplia esse movimento, incentivando ainda

mais instituições, empresas e iniciativas a adotarem práticas inclusivas e acessíveis. Nosso objetivo é consolidar uma cultura de respeito, acolhimento e garantia de direitos em todo o Estado”, afirmou o secretário.

Poderão candidatar-se à obtenção do Selo:

empresas privadas de todos os portes e setores; entidades da administração pública indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista) com atuação no estado de São Paulo;

órgãos da administração pública direta com atuação no Estado de São Paulo; e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações Sociais (OSs) com atuação no estado de São Paulo.

O processo de avaliação das inscrições será realizado pelo comitê gestor do PEIPEA, que analisará os projetos com base em critérios técnicos e de impacto social. A divulgação do resultado



está prevista para o dia 29 de maio.

A cerimônia de entrega do Selo deverá acontecer na segunda-feira de junho, reunindo representantes das iniciativas reconhecidas e autoridades do Governo do Estado.

Na primeira edição, realizada em 2025, foram selecionadas 112 iniciativas que receberam o Selo, após julgamento conduzido pelo comitê gestor do Plano Estadual

Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (PEIPEA). O número expressivo de projetos reconhecidos evidenciou o engajamento de diferentes setores da sociedade na promoção da inclusão.

Mais informações sobre o regulamento e o processo de inscrição podem ser acessadas pelos canais oficiais da SEDPeD. (Governo de SP)

Programa BEEM tem 20 mil vagas disponíveis para alunos da rede estadual de São Paulo

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) está com inscrições abertas para vagas do programa BEEM (Bolsa Estágio Ensino Médio). São 20 mil oportunidades para estudantes das 2ª e 3ª séries matriculados no itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio em escolas da rede estadual. O período de cadastro vai até 20 de julho no site www.beem.sp.gov.br.

Os estudantes serão admitidos na condição de estagiários, nos moldes da Lei de Estágio Federal nº 11.788/08 (Lei de Estágio). Para isso, deverão cumprir uma jornada entre 12 e 20 horas semanais. Os valores das bolsas variam de R\$ 422,03 a R\$ 851,46, de acordo com o curso e a carga horária.

Até o momento, a Educação já tem 11.600 estagiários. A meta é chegar a 30 mil até o fim de 2026.

“São mais 20 mil vagas que estão disponíveis para os nossos estudantes. Então basta acessar, incluir, procurar a vaga que melhor se adequa dentro da sua região, fazer a inscrição, que a gente vai gerar essa primeira oportunidade para os nossos estudantes ingressarem no mercado de trabalho. Essa é mais uma oportunidade que está sendo disponibilizada para os nossos estudantes do Ensino Médio Profissionalizante do Estado de São Paulo”, destaca o secretário-executivo da Educação, Vinícius Neiva.

Os alunos selecionados vão atuar em empresas parceiras, de acordo com o perfil do candidato,

curso matriculado e horário das aulas. O pagamento da bolsa será feito pela Seduc-SP por um período de seis meses e incluirá o seguro contra acidentes pessoais dos estudantes.

Nesse período, as empresas serão responsáveis por fornecer auxílio transporte e dispor de um profissional, com formação ou experiência na área de conhecimento do curso técnico, que atuará como supervisor do estágio. Após os primeiros seis meses, os estudantes poderão ter seus contratos de estágio efetivados pelas próprias instituições.

Para participar do BEEM, os candidatos precisam, entre outros pré-requisitos: ter 16 anos completos na data

de admissão do estágio;

estar matriculado na 2ª ou 3ª série do itinerário de formação técnico profissional do Ensino Médio;

ter frequência regular igual ou superior a 85% no semestre anterior à seleção;

ter feito, no ano anterior, o Prova Paulista Seriado;

Não serão convocados estudantes cujo término do curso seja igual ou inferior a seis meses da data da convocação.

O processo seletivo possui caráter eliminatório e classificatório de avaliação, limitado ao número de vagas disponibilizadas no período. Caso a empresa manifeste o interesse, poderão ser incluídas fases de análise dos currículos ou entrevistas. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

BNDDES anuncia R\$ 10 bilhões para indústria 4.0 e bens de capital verde

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou na sexta-feira (27) R\$ 10 bilhões em linhas de crédito para financiar a difusão de máquinas e equipamentos da indústria 4.0 e para bens de capital voltados a projetos da economia verde.

Os recursos serão disponibilizados em duas linhas de crédito do programa BNDES Mais Inovação, no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB). O anúncio ocorreu durante o seminário Acordo Mercosul-União Europeia: um Novo Capítulo para a Indústria Brasileira, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na capital paulista.

A linha para Indústria 4.0 terá

orçamento de R\$ 7 bilhões e a linha para bens de capital verde, R\$ 3 bilhões. Ambos tem taxa média de juros de 6,5%.

“O BNDES está apoiando a inovação e a digitalização na indústria brasileira. São linhas de crédito fundamentais para a modernização do parque fabril no país e, com isso, gerar o aumento da produtividade, ampliando a competitividade da indústria”, afirmou Mercadante.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, também presente no evento, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está comprometido com o crescimento da indústria e competitividade do Brasil.

“Isso vai fazer toda a diferença para a indústria ser mais competitiva, modernizada, ter mais produtividade, isso é fundamental”, disse.

Os recursos foram garantidos após a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN) de ampliar o limite de utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) destinados ao financiamento à inovação e digitalização por meio do BNDES.

Eleições 2026

Alckmin anunciou ainda, após sua participação no evento, que sairá do ministério nos próximos dias para que possa participar das eleições deste ano. Ele continuará no cargo de vice-presidente, que não é impedimen-

to para a candidatura.

“Cumprindo a legislação, vice-presidente não tem desincompatibilização para participar da eleição, mas do ministério tem. A data é 4 de abril, mas dia 3 é Sexta-feira Santa. Então, provavelmente, dia 2 [a saída da pasta]”, disse.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, também está de saída do cargo e deve concorrer a uma vaga no Senado.

“Tebet assina a ficha no PSB e deverá ser nossa candidata ao Senado Federal. Retirei a experiência de quem foi prefeito, de quem foi vice-governadora, senadora da República, ministra da República, candidata a presidente e espírito público”, anunciou Alckmin. (Agência Brasil)

Brasil tem recorde de 66,8% dos trabalhadores na previdência social

No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil atingiu o patamar recorde de 66,8% da população ocupada contribuindo para algum regime previdenciário, o que significa 68,196 milhões de trabalhadores cobertos pela Previdência Social.

Esse é o maior percentual registrado desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que coleta informações sobre a participação no mercado de trabalho com pessoas de 14 anos ou mais.

Ao contribuir para institutos de previdência, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte, por exemplo.

Apesar do percentual recorde, o Brasil teve número maior de contribuintes para a previdência no quarto trimestre de 2025, quando foram contabilizados 68,496 milhões. Naquele trimestre, os contribuintes foram 66,5% do total de ocupados.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de previdência oficial federal (INSS) ou Plano de Seguridade Social da União, estadual ou municipal.

Mercado formal

A Pnad mostrou que o número de contribuintes (68,196 milhões) é maior do que o total de trabalhadores formais (63,8 milhões). “O informal que seja um conta própria sem CNPJ pode ser contribuinte individual do INSS”, exemplifica o instituto.

O economista Rodolfo Tobler, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atribui o recorde ao mercado de trabalho formal.

“A gente tem cada vez mais

pessoas trabalhando, especialmente no emprego formal. Com o emprego formal sendo mais forte, tendo uma recuperação mais intensa que os empregos informais, isso faz com que a contribuição da previdência suba também”, explicou à Agência Brasil.

O IBGE revelou que, no trimestre encerrado em fevereiro, o número de empregados no setor privado com carteira assinada foi de 39,2 milhões, estável em relação ao trimestre móvel terminado em novembro e em relação ao mesmo período de 2025. Tobler classifica o resultado como “muito positivo”.

“Vagas formais são mais associadas a empregos de produtividade mais alta, de remuneração mais alta também e, principalmente, a essa questão da previdência”, diz.

A Pnad apontou que o mercado de trabalho alcançou recorde no rendimento mensal do trabalhador, com R\$ 3.679, o maior já registrado 2% acima do trimestre encerrado em novembro de 2025 e 5,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse valor é real, ou seja, já desconta a inflação dos períodos de comparação.

“A nossa população está entrando no processo de envelhecimento, e essa questão da previdência sempre vai ser um ponto sensível. Então, quanto mais gente no emprego formal, quanto mais gente contribuindo, menor pode ser esse problema da previdência no médio e longo prazo”, analisa.

Para o economista, a tendência é se manter o aumento do percentual de trabalhadores contribuintes, “especialmente se a economia continuar crescendo”.

A pesquisa do IBGE mostra que o país sempre teve taxa de trabalhadores contribuintes para instituto de previdência acima de 60%. O menor índice foi 61,9%, que pertence ao trimestre encerrado em maio de 2012. (Agência Brasil)

Aneel leiloa cinco lotes de linhas de transmissão de energia

Cinco projetos de transmissão de energia foram leiloados na sexta-feira (27) na sede da B3, na capital paulista. Promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), este foi o primeiro leilão de transmissão de energia do ano.

O certame ofereceu cinco lotes, com investimentos estimados em R\$ 3,3 bilhões e previsão de mais de 8,4 mil empregos. A licitação pública se destina à construção e manutenção de 798 quilômetros de linhas de transmissão e de 2.150 megavolt-ampères (MVA) em capacidade de transformação de subestações, além de compensadores síncronos.

Os empreendimentos estão localizados em 11 estados: Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo. O prazo para conclusão das obras varia entre 42 e 60 meses.

O leilão

O certame desta sexta-feira foi bastante concorrido, com deságios que chegaram a alcançar 54,8%.

As empresas Engie Transmissão de Energia e Cymí Construções e Participações foram as maiores vencedoras do leilão de hoje, arrematando dois lotes cada



Foto: Marcello Casal/RB

uma. A Cymí conquistou os lotes 1 e 5, enquanto a Engie venceu o lote 2 e também levou o lote 3, composto por quatro sublotos. Já o Consórcio BR2ET fez a maior oferta pelo lote 4.

O primeiro lote que foi leilado hoje era composto por instalações no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e atraiu três interessados. A empresa vencedora foi a Cymí Construções e Participações, que ofereceu R\$ 46,611.311,00 de Receita Anual Permitida (RAP), o que significou deságio de 46,85% em relação ao teto definido pelo regulador. A receita anual permitida é uma remuneração que as transmissoras de energia elétrica

recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

As outras empresas que concorreram pelo primeiro lote foram o Consórcio Olympus e a Axia Energia Sul.

Já o lote 2, composto por instalações no Paraná e em Santa Catarina, teve quatro interessados: a Axia Energia Sul, Cox Brasil, Engie Transmissão de Energia e o Consórcio Paraná. A vencedora foi a Engie Transmissão de Energia, com a oferta de R\$ 18.137.374,70, deságio de 46,89%.

O lote 3 corresponde a instalações existentes no Rio Grande do Norte e no Ceará e foi dividido em quatro sublotos. A Engie

Ibaneis pede R\$ 4 bilhões ao FGC para socorrer Banco de Brasília

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pediu um empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para reforçar o capital do Banco de Brasília (BRB).

O pedido foi formalizado por carta enviada ao fundo, com o objetivo de garantir a continuidade de serviços financeiros, apoiar políticas públicas e preservar a liquidez da instituição.

A operação prevê captação de um ano e seis meses, com pagamentos semestrais. A remuneração deve seguir o CDI acrescido de spread, conforme condições a serem definidas pelo FGC.

O modelo inclui tanto reforço de capital quanto eventual linha de liquidez, em formato ainda sujeito a ajustes entre as partes.

Garantias

Para viabilizar o crédito, o Governo do Distrito Federal propôs como garantias participações acionárias em empresas públicas, como Caesb (Companhia de Sa-

neamento Ambiental do Distrito Federal), BRB (Banco de Brasília) e CEB (Companhia Energética de Brasília), além de nove imóveis públicos autorizados em lei.

Parte desses ativos, porém, enfrenta questionamentos. A área conhecida como Serrinha do Paranoá, por exemplo, teve o uso de garantias suspenso pela Justiça local, mas cabe recurso.

Outro ponto de controvérsia é o Centrad, complexo administrativo sem uso há mais de uma década e envolvido em disputa judicial.

Objetivo do aporte

O Governo do Distrito Federal classifica a operação como “estruturante” e afirma que o objetivo é recompor indicadores exigidos pela regulação bancária, como o Índice de Brasília, que mede a solidez das instituições financeiras.

Entre os resultados esperados estão: expansão da carteira de crédito; financiamento de in-

fraestrutura e habitação; apoio a micro e pequenas empresas; estímulo à economia local e à arrecadação.

A iniciativa ocorre em meio a dificuldades fiscais do DF. O governo local recorre ao FGC após encerrar 2025 com déficit de cerca de R\$ 1 bilhão e sem capacidade de obter garantia do Tesouro Nacional para operações de crédito.

No caso do BRB, a situação também é pressionada por perdas associadas a ativos problemáticos e pela necessidade de elevar provisões, estimadas em bilhões de reais.

Negociação

O processo ainda está em fase inicial e depende da análise do FGC quanto à viabilidade, risco e adequação às regras do fundo.

O Palácio do Buriti informou que prepara documentos como plano de negócios, plano de capital e diagnóstico financeiro, além de uma proposta detalhada

de garantias e cronograma de implementação.

A liberação dos recursos dependerá da avaliação da capacidade de pagamento e da consistência dos ativos oferecidos.

Banco Master

Investigações indicam que o Banco de Brasília adquiriu R\$ 12,2 bilhões em créditos considerados irregulares do Banco Master. A instituição afirma, contudo, que conseguiu recuperar parte desses recursos.

Atualmente, a necessidade de provisões do BRB gira em torno de R\$ 8,8 bilhões, mas uma auditoria forense independente estima um impacto maior, de até R\$ 13,3 bilhões, relacionado a operações com indícios de falta de lastro.

O banco também enfrenta dificuldades para divulgar os resultados de 2025 dentro do prazo, até o fim deste mês, e o Banco Central tem resistido a conceder a prorrogação. (Agência Brasil)

do governo para financiar ações de mitigação de emissões e adaptação às mudanças climáticas.

A iniciativa, que mobiliza capital privado para projetos sustentáveis, encerrou 2025 com R\$ 75 bilhões em capitais levantados, dos quais R\$ 14 bilion resultaram em financiamentos concedidos.

Presidido pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, o CMN também tem a participação do presidente do Banco Central, Gabriel Galpoldo, e do ministro do Planejamento, Simone Tebet. (Agência Brasil)

BC decreta liquidação extrajudicial de instituições da Entrepay

O Banco Central (BC) decretou, na sexta-feira (27), a liquidação extrajudicial de instituições da Entrepay, por risco a seus credores.

A medida atinge a Entrepay Instituição de Pagamento, líder do conglomerado, e, por extensão, da Acojo Adquirência Instituição de Pagamento e da Octa Sociedade de Crédito Direto.

De acordo com a autarquia, trata-se de um conglomerado de porte pequeno que, em dezembro de 2025, detinha aproximadamente 0,009% do ativo total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Como exemplo, as quatro maiores instituições do país concentram 54,7% dos ativos totais do SFN. De acordo com o relatório de Estabilidade Financeira do BC, de abril de 2025, a Caixa aparece em primeiro lugar, com 15,1%, seguida de Banco do Brasil (14,9%), Itaú (13,6%) e Bradesco (11,1%).

“A liquidação extrajudicial foi motivada pelo comprometimento da situação econômico-financeira da instituição líder do Conglomerado, bem como por infringência às normas que disciplinam sua atividade e por prejuízos que sujeitam a risco anormal seus credores”, informou em nota.

Por se tratar de instituições

de pagamento e de sociedade de crédito direto, as entidades liquidadas não possuem captações cobertas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

O FGC é formado por recursos dos bancos para ressarcir clientes em caso de não cumprimento das obrigações pelas instituições financeiras.

A liquidação extrajudicial é um regime especial de intervenção decretado pelo BC para retirar instituições financeiras inviáveis do SFN de forma organizada.

A medida ocorre sem intervenção judicial direta, visando a proteger depositantes e credores quando a instituição enfrenta insolvência grave, má gestão ou fraudes.

Nos termos da lei, com a liquidação, os bens dos controladores e dos ex-administradores das instituições ficam indisponíveis.

O BC informou que continuará tomando todas as medidas cabíveis, dentro de suas competências, para apurar as responsabilidades da crise na Entrepay. O resultado poderá levar à aplicação de sanções administrativas e a comunicações às autoridades competentes, se aplicáveis. (Agência Brasil)

CMN muda regra do Eco Invest para impulsionar projetos verdes

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quinta-feira (24) alterações nas regras da Linha Eco Invest Brasil, com o objetivo de fortalecer a estruturação de projetos sustentáveis e ampliar os investimentos na transição ecológica.

A medida modifica a resolução que regulamenta o programa e permite ao Ministério da Fazenda exigir contrapartidas das instituições financeiras interessadas em acessar os recursos da linha.

Pelas novas regras, bancos

credenciados poderão ser obrigados a investir recursos próprios em ações de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e estruturação de projetos. Essas iniciativas não envolvem uso de recursos públicos nem aumentam custos ao Tesouro Nacional.

Segundo o governo, a mudança busca enfrentar um dos principais entraves aos investimentos verdes no país: a baixa maturidade técnica e financeira de projetos considerados elegíveis. A expectativa é que a medida au-

mente a qualidade da carteira de projetos e estimule a participação do capital privado.

A iniciativa também mira setores estratégicos, como a bioeconomia, que exige maior apoio na fase inicial de desenvolvimento, especialmente na modelagem econômico-financeira e na organização produtiva.

O programa Eco Invest Brasil é coordenado pelo Ministério da Fazenda em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e integra a estratégia



Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Marrom, Térreo, Vila Yara, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

endereços eletrônicos:

- a) na página do "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br e
b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

	2025	2025
Ativo		
Disponibilidades	1.055	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	7.966.641	
Cotas de Fundos de Investimentos	7.966.641	
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	851.748	
Outros Ativos Financeiros	851.748	
Imobilizado de Uso, Líquido de Depreciações	3.394	
Intangíveis, Líquidos de Amortizações	52.684	
Impostos a Compensar	154.185	
Créditos Tributários	347.606	
Outros Ativos	11.690	
Total do Ativo	9.369.013	
Passivo		
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		707
Outros Passivos Financeiros		707
Outras Provisões		47.903
Impostos Correntes		633.322
Impostos Diferidos		31.539
Rendas Antecipadas		1.045.207
Outros Passivos		87.432
Total do Passivo		1.843.110
Total do Patrimônio Líquido		7.524.903
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		9.369.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira	628.726	1.077.874
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	628.726	1.077.874
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	628.726	1.077.874
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	1.442.574	2.797.089
Receitas de Prestação de Serviços	1.746.131	3.313.991
Despesas de Pessoal	(14.413)	(29.322)
Despesas Administrativas	(94.983)	(173.737)
Despesas Tributárias	(240.102)	(450.001)
Outras Receitas Operacionais	177.427	345.229
Outras Despesas Operacionais	(102.067)	(185.761)
Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(2.389)	(13.861)
Resultado Operacional	2.071.100	3.874.963
Resultado Não Operacional	261	465
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	2.071.361	3.875.428
Imposto de Renda e Contribuição Social	(682.831)	(1.289.097)
Lucro Líquido	1.388.530	2.586.329
Lucro líquido por cota em R\$	495,90	994,74

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro Líquido do Período	1.388.530	2.586.329
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado		
Títulos e Valores Mobiliários (Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VIGRA)	-	-
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido	-	-
Resultado Abrangente do Período	1.388.530	2.586.329

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(43.433)	879.514
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(14.428)	(21.587)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(57.861)	857.947
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	779.020	6.793.395
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	765.140	7.651.140
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(57.861)	857.947

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA RESUMIDA - Em Reais mil

	2025
Ativo	
Caixa e Equivalente de Caixa	14.024
Aplicações Financeiras - Grupos em Andamento e Formação	11.325.334
Outros Créditos	16.007.144
Compensação	119.339.384
Total do Ativo e Compensação	146.685.886
Passivo	
Obrigações com Consorciados	9.371.862
Valores a Repassar	204.232
Obrigações por Contingências a Entregar	9.234.509
Recursos a Devolver a Consorciados	6.021.638
Recursos dos Grupos	2.514.128
Obrigações com a Administradora	131
Compensação	119.339.384
Total do Passivo e Compensação	146.685.886

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.538/07 e nº 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras de consórcios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referente ao exercício de 2024. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Instituição optou por utilizar a estimativa do parágrafo 51 da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de esteito referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2026.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto pelas políticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, em razão da adoção das Resolução BCB nº 352/23 e Resolução BCB nº 178/22 a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período atual:

Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021

A norma alterou a forma de registros financeiros que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos:

- Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos respectivos grupos;
- Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados;
- Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/08 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados.

A Lei nº 11.795 de 08 de outubro de 2008, define que as disponibilidades financeiras remanescentes na data do encerramento do grupo pelos respectivos consorciados e participantes excluídos como recurso não procurado e independente da sua origem, devem ter tratamento contábil específico, de maneira independente dos registros contábeis da administradora de consórcio. Os recursos posteriores à Lei mencionada, foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156.

A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil
Compensação ativa	2025

Valores aplicados pela administradora - Recursos de grupos encerrados e recursos não procurados

Compensação passiva	
Valores devidos aos consorciados - Grupos encerrados - Recursos não procurados	415.769

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 5.333, a Circular nº 1.068 e a Circular nº 5.082. A Resolução BCB nº 352/23 não teve impacto material na instituição.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras, e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um percento e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 exceto o lucro real e o lucro real. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de março de 2026, sem ressalvas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

	Capital Social	Aumento de Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000.000	-	199.831	3.444.504	- 5.64.435
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução CMN nº 4.975/21	-	-	-	(165)	(165)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	2.000.000	-	199.831	3.444.504	(165) 5.644.170
Aumento de Capital Social	800.000	(99.979)	(700.021)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	2.586.329	2.586.329
Destinações - Reservas	-	-	129.309	(2.561.596)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(681.028)	(705.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.800.000	-	229.161	4.495.742	- 7.524.903
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000.000	800.000	159.742	3.189.985	(165) 6.149.562
Aumento de Capital Social	800.000	(800.000)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	1.388.530	1.388.530
Destinações - Reservas	-	-	69.419	(1.375.176)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(13.189)	(13.189)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.800.000	-	229.161	4.495.742	- 7.524.903

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS CONSOLIDADA (ACUMULADA) RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Disponibilidades no Início do Período	10.999.845	9.969.256
(+) Recursos Colacionados	11.978.995	23.289.807
(-) Recursos Utilizados	(11.639.480)	(21.919.705)
Disponibilidades no Fim do Período	11.339.358	11.339.358

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

4) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	2025	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Prazo indeter- minado	Valor justo (1)	Valor de custo atualizado
Cotas de Fundos de Investimentos	7.966.641	7.966.641
Total geral	7.966.641	7.966.641
Cotas de Fundos de Investimentos		
Total geral	7.966.641	7.966.641

(1) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

5) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Rendas de aplicações em Fundos de Investimentos	628.726	1.077.874
Total	628.726	1.077.874

6) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Rendas antecipadas (1)	1.045.207
Total	1.045.207
(1) Refere-se às receitas de taxa de administração recebidas antecipadamente, registradas pelo regime de competência.	
b) Outros passivos	
Em 31 de dezembro - R\$ mil	
2025	
Impostos e contribuições a recolher - Sociais e estatutárias	43.995
Recursos pendentes de identificação	24.568
Valores a ressarir a consorciados de grupos encerrados	8.235
Outras	5.322
Total	87.432

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**

O capital social no montante de R\$ 2.800.000 totalmente integralizado, está dividido em 2.800.000.000 cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Conforme a Alteração contratual de 14 de abril de 2025 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 800.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Legal e Estatutária, com a criação de 800.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Reservas de lucros	4.724.903
- Reserva legal (1)	229.161
- Reserva estatutária (2)	4.495.742
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e	
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações financeiras. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.	

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Discursos Colacionados a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Deliberação do Sócio-Cotista, foi deliberada em 29 de abril de 2024 a destinação de dividendos no montante de R\$ 813.000 mil com reservas estatutárias, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício de 2023. O pagamento foi efetuado em 29/12/2025.

Conforme Ata de Deliberação do Sócio-Cotista, foi deliberada em 14 de abril de 2025 a destinação de dividendos no montante de R\$ 18.972 mil proposto em 31/12/2024 e R\$ 681.028 mil com reservas estatutárias, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício de 2024. O pagamento foi efetuado em 29/12/2025.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	2.586.329	
Ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.975/21	(165)	
Lucro líquido após absorção dos ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.975/21	2.586.164	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(129.309)	
Base de cálculo	2.456.855	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2025 (1)	24.568	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

d) Lucro básico por cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade de cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	Nº de cotas em circulação	Fração	Nº de cotas proporcional em circulação
Número de cotas no início do período	2.000.000	3/12	500.000
Número de cotas após aumento de cotas (Nota 18a)	2.800.000	9/12	2.100.000
Média ponderada de cotas no período			2.600.000
Lucro líquido do período em R\$ mil			2.586.329
Lucro básico por cota			994,74

8) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

		R\$ mil
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Taxa de administração de grupos de consórcios	1.656.878	3.135.339
Taxa de permanência	89.253	178.652





13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	
Rendas com cartões de crédito (1)	
Comissões	
Rendas de antecipação de obrigações	
Total	
(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.	
14) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Serviços de terceiros	
Depreciações e amortizações	
Comunicações	
Processamentos de dados	
Propaganda, promoções e publicidade	
Serviços do sistema financeiro	
Manutenção e conservação de bens	
Transporte	
Outras	
Total	

2º Semestre de 2025		Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
	R\$ mil		R\$ mil
	391.592		809.921
	262.192		508.113
	118.908		225.732
	772.692		1.544.766

2º Semestre de 2025		Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
	R\$ mil		R\$ mil
	136.385		275.854
	119.863		246.084
	31.879		60.642
	18.403		18.403
	5.625		8.618
	1.257		3.690
	2.053		3.891
	148		267
	1.553		2.389
	319.169		631.395

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de março de 2026, sem ressalvas.

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ALCÓOL
 C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 3530041539
EXTRATO DA 39ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ao 04/03/2026, às 09h, em sua sede social reuniram-se a totalidade do Capital Social, Assumindo a Presidência da mesa, Sr. Luiz Otávio Junqueira Figueiredo, Sr. Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aproveitaram: 1) Alterar o endereço da sociedade que passará a ter a seguinte redação: "Artigo 2º A sociedade tem sede e foro jurídico no município de São Joaquim da Barra/SP, na Fazenda Sant'Ana - Rodovia Prefeito Fábio Talanoff, KM 89, CEP 13.468-899, podendo por deliberação da diretoria abrir, manter e extinguir filiais, sucursais, depósitos, escritórios e armazéns em qualquer parte do território nacional, observadas as formalidades legais." 2) Consolidação do Estatuto Social. 3) Deu por encerrada a Assembleia. Jureesp nº 95.737/26-1 em sessão de 18/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

INTERCEMEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2026
INTERCEMEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ("Companhia"), vem, pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 13 de dezembro de 1976, conforme alterado ("Lei das Sociedades por Ações"), do Estatuto Social da Companhia e a fim de implementar determinadas disposições do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de outras sociedades de seu grupo econômico, conforme aprovado em assembleia geral de credores realizada em 6 de outubro de 2025 e homologado pelo MM. Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP (processo nº 1190023-34.2024.8.26.0100), em 10 de dezembro de 2025 ("Plano de Recuperação Judicial"), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, em 6 de abril de 2026, às 14h00, de forma presencial, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, 18º andar, Sala 16c, Brooklin Paulista, CEP 04578-000, nos termos do art. 124, §2º da Lei das Sociedades por Ações, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem dos dias:
 (i) Ratificação da nomeação de empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação dos créditos detidos pelos titulares das Notas ICBV 2024 (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial) contra a InterCement Financial Operations B.V. ("ICFV"), a serem conferidos à Companhia para fins de integralização de parte do aumento do capital social a ser aprovado nos termos da Cláusula 7.1 do Plano de Recuperação Judicial;
 (ii) Apreciação do laudo de avaliação dos créditos detidos pelos titulares das Notas ICBV 2024 (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial) contra a ICFV, a serem conferidos à Companhia para fins de integralização de parte do aumento do capital social a ser aprovado nos termos da Cláusula 7.1 do Plano de Recuperação Judicial;
 (iii) Apreciação do aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de créditos detidos pelos Credores Financeiros (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial), nos termos da Cláusula 7.1 do Plano de Recuperação Judicial, observada a alocação de valores entre capital social e reserva de capital, nos termos do Plano de Recuperação Judicial ("Capitalização ICJP");
 (iv) Apreciação do registro e reconhecimento formal do exercício, pelo respectivo titular, dos bônus de subscrição de ações de emissão da Companhia a serem emitidos pela Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada previamente à Assembleia Geral ora convocada, (a) a serem atribuídos aos credores financeiros que comprometeram o compromisso firmado assumido no âmbito do Contrato de Backstop, conferindo-lhes o direito de subscorver ações de emissão da Companhia correspondentes, no total, a 75% (sete e meio por cento) do capital social da Companhia, conforme termos da Cláusula 7.2 do Plano de Recuperação Judicial, e (b) a serem atribuídos aos Financiadores Novos Recursos, como contrapartida pelo aporte de recursos no âmbito do Financiamento Novos Recursos, conferindo-lhes o direito de subscorver ações de emissão da Companhia correspondentes, no total, a 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme termos e definições do Plano de Recuperação Judicial (em conjunto, os "Bônus de Subscrição Classe A e Classe B");
 (v) Apreciação da confirmação do aumento do capital social da Companhia decorrente do exercício dos Bônus de Subscrição Classe A e Classe B, com a consequente emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia;
 (vi) Apreciação do registro da titularidade das ações preferenciais e a recompra da totalidade das ações ordinárias de titularidade da acionista Mover Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Mover"), como forma de retirada definitiva da Mover do capital social da Companhia, mediante (a) o pagamento, em dinheiro, de valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), corrigido e remunerado na forma prevista na Cláusula 7.2, item (ii), do Plano de Recuperação Judicial ("Parcela A Valor"), e (b) o pagamento de parcela contingente, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), corrigido e remunerado na forma prevista na Cláusula 7.2, item (ii), do Plano de Recuperação Judicial ("Parcela B Contingente"), calculado nos termos do Anexo 7.2 do Plano de Recuperação Judicial ("Parcela Contingente");
 (vii) Apreciação, como garantia do pagamento da Parcela Contingente, nos termos da Cláusula 7.2.1 do Plano de Recuperação Judicial, (a) da emissão, pela Companhia, em favor da Mover, de nota promissória e de bônus de subscrição de ações, a ser alienado pelo valor de R\$1.00 (um real), com a exclusão do direito de preferência dos acionistas, a ser convertido dentro do limite do capital autorizado, conforme termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial, e (b) da autorização à InterCement Brasil S.A. - Em Recuperação Judicial ("ICBJ") para que delibere e emita bônus de subscrição, em favor da Mover, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas, a ser convertido dentro do limite do capital autorizado, conforme termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial;
 (viii) Apreciação da alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o resultado das deliberações referentes (a) à Capitalização ICJP, e (b) as matérias constantes dos itens (iv), (v) e (vi) acima;
 (ix) O recebimento da renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, com a outorga aos respectivos sucessores renunciantes da plena, inteira, irrevogável, geral, ampla, irrevogável e intransferível qualificação pela Companhia e pelos acionistas;
 (x) Apreciação da reforma do Estatuto Social da Companhia, para adotar o modelo de governança corporativa e demais disposições estatutárias constantes do Anexo 9.13 do Plano de Recuperação Judicial, nos termos da Cláusula 9.13 do Plano de Recuperação Judicial, bem como referir as demais deliberações constantes da Assembleia Geral;
 (xi) Apreciação (a) do registro e reconhecimento da indicação, pelo Comitê Especial de Credores Financeiros (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial), dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração Inicial da Companhia (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial); (b) da instalação do Conselho de Administração Inicial; e (c) da eleição de seus membros titulares e respectivos suplentes, nos termos e condições previstos na Cláusula 9.8 do Plano de Recuperação Judicial; e
 (xii) Apreciação da autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações da Assembleia Geral.
 A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente presencial, de forma que não será possível o comparecimento de modo remoto ou digital.
 Para fins de otimizar o processo de análise da documentação referente à participação de Participantes Autorizados (conforme definido abaixo) na Assembleia Geral, os Participantes Autorizados ou seus representantes deverão realizar o depósito dos documentos relacionados abaixo na sede social da Companhia, no horário das 8:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail legal@intercement.com.br ("Sede Social da Companhia"). Somente poderão participar da Assembleia Geral aqueles que forem acionistas da Companhia, incluindo, sem limitação, os (i) Credores Financeiros, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial, que validamente tiverem elegido a Opção de Pagamento (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial) que contempla o recebimento das ações de emissão da Companhia resultantes da capitalização de seus créditos; e (ii) os Financiadores Ancora e Financiadores Novos Recursos, conforme definidos no Plano de Recuperação Judicial, que tiverem exercido sua opção de subscrição de ações de emissão da Companhia, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial, e os respectivos bônus de subscrição a serem emitidos pela Companhia (todos, em conjunto, os "Participantes Autorizados").
 A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do respectivo Participante Autorizado e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF e CNPJ, conforme aplicável; e (ii) ser acompanhada de uma declaração assinada pelo Participante Autorizado ou seu representante legal, conforme aplicável; e (iii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descrito a seguir.
 Nos termos do art. 125 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia Geral, os Participantes Autorizados, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (a) documento de identificação; (b) atos societários que comprovem a representação legal, conforme aplicável; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável.
 O representante do Participante Autorizado pessoa jurídica deverá apresentar cópia digitalizada dos seguintes documentos: (a) contrato, estatuto social, regulamento ou outro documento societário da entidade representada; (b) contrato, estatuto social, regulamento ou outro documento societário da entidade representada na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, conforme previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações.
 Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, em alternativa, eletrônica, como alternativa ao reconhecimento de firma.
 Nos termos do art. 124, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, o publicado edital de segunda convocação com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
 Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos Participantes Autorizados na sede social da Companhia.
 São Paulo/SP, 28 de março de 2026.
 Leonardo de Mattos Galvão
 Presidente do Conselho de Administração

Claudio Borin Quevedo Palaia
 Vice-Presidente do Conselho de Administração
Francisco José da Rocha Maloinho
 Vice-Presidente do Conselho de Administração
Paulo Isenhard
 Vice-Presidente do Conselho de Administração

Resultado negativo nas contas externas cai para R\$ 5,6 bilhões em fevereiro

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 5,614 bilhões em fevereiro, informou na sexta-feira (27) o Banco Central (BC).

O valor é quase metade do registrado no mesmo período de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 10,245 bilhões nas transações correntes.

Os números se referem às compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, há uma clara trajetória de redução do déficit, sendo o terceiro mês seguido de contração, que já soma queda de US\$ 12,1 bilhões no déficit externo.

Em fevereiro, a melhora vem, majoritariamente, do aumento de US\$ 4,6 bilhões no superávit da balança comercial de bens, diante do crescimento das exportações e queda das importações.

Segundo Rocha, as exportações estão em níveis recordes em todas as comparações – para meses de fevereiro, no acumulado do ano e nos últimos 12 meses – com crescimento em diversos setores da economia. Já a redução das importações é resultado da desaceleração da atividade econômica doméstica, em linha com a política monetária de aumento de juros.

Nos 12 meses encerrados em fevereiro, o déficit em transações correntes somou US\$ 63,444 bilhões, o que corresponde a 2,71% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país. Em



Foto: Valter Campanato/ABr

relação ao período equivalente terminado em fevereiro de 2025, houve redução no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 78,980 bilhões, ou 3,67% do PIB.

De acordo com o BC, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e essa tendência de redução do déficit em 12 meses desde setembro de 2025, acentuado nos últimos três meses. O restante do resultado negativo das contas externas está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que tem fluxos e estoques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 6,754 bilhões em fevereiro deste ano, ante US\$ 10,039 bilhões em igual mês de 2025. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser inves-

timentos de longo prazo.

Em 12 meses até fevereiro, esses investimentos diretos recuaram para US\$ 75,852 bilhões (3,24% do PIB), ante US\$ 79,137 bilhões (3,42% do PIB) no mês anterior e US\$ 78,276 bilhões (3,64% do PIB) no período encerrado em fevereiro de 2025. Segundo Rocha, ainda assim, esses resultados em 12 meses mostram a solidez da economia brasileira, totalmente financiada pelo IDP.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 5,366 bilhões em fevereiro. Nos 12 meses encerrados em fevereiro, esses investimentos somaram ingressos líquidos de US\$ 29,3 bilhões, ante US\$24,9 bilhões nos 12 meses encerrados em janeiro de 2026 e saídas líquidas de US\$ 5,3 bilhões no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2025.

Já o estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 371,074 bilhões em fevereiro, aumento de US\$ 6,706 bilhões em comparação ao mês anterior.

Em fevereiro deste ano, as

exportações de bens totalizaram US\$ 26,383 bilhões, com aumento de 14,8% em relação ao mesmo mês de 2025.

Enquanto isso, as importações chegaram a US\$ 22,876 bilhões, com queda de 5,1% na comparação com fevereiro do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 3,507 bilhões no mês passado, ante o saldo negativo de US\$ 1,123 bilhões em fevereiro de 2025.

O déficit na conta de serviços – viagens, transporte, aluguel de equipamentos, serviços de telecomunicação e de propriedade intelectual, entre outros – atingiu US\$ 3,921 bilhões no mês passado, mesmo patamar observado em fevereiro de 2025.

No mês passado, o déficit em renda primária – pagamento de lucros e dividendos de empresas, além de juros e salários – chegou a US\$ 5,640 bilhões, 2,1% acima do registrado em fevereiro de 2025, de US\$ 5,523 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, pois há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$ 440 milhões no mês passado, contra superávit de US\$ 290 milhões em fevereiro de 2025. (Agência Brasil)

Vítimas de descontos indevidos do INSS têm mais 90 dias para contestar

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prorrogou por 90 dias o prazo para que aposentados e pensionistas contestem descontos associativos não autorizados em nos benefícios previdenciários.

Com a decisão, o limite para a contestação foi ampliado pela segunda vez. O prazo que se encerrou na sexta-feira passada, 20 de março de 2026, era de 30 dias.

A Portaria Conjunta (Ministério da Previdência Social/INSS) nº 12 que autoriza a prorrogação está publicada na edição da sexta-feira (27) do Diário Oficial da União.

Requerimento da CPMI
 A decisão atende a um requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, que investiga cobranças ilegais nas folhas de pagamento. A CPMI foi instalada em 20 de agosto de 2025 e encerra suas atividades nesta sexta-feira, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta manhã, o relator da comissão mista, deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL), iniciou a leitura do relatório no qual recomenda o indiciamento de 228 pessoas pelas fraudes aos segurados.

Proximamente, o relator da comissão mista, deputado federal Alfredo Gaspar (União-AL), iniciou a leitura do relatório no qual recomenda o indiciamento de 228 pessoas pelas fraudes aos segurados.

Próximos passos
 Após a contestação do segurado, a entidade associativa que fez o desconto da mensalidade diretamente no benefício previdenciário terá até 15 dias úteis para se manifestar.

Se a entidade não responder ou apresentar documento irregular (por exemplo, a assinatura falsa do beneficiário autorizando o desconto da mensalidade), o sistema liberará a opção de adesão ao acordo para o recebimento do valor pelo aposentado ou pensionista.

Dinheiro devolvido pelo governo
 Após aceitar o acordo, o valor correspondente ao desvio foi depositado na conta do beneficiário em até três dias úteis.

Para indígenas, quilombolas e idosos com mais de 80 anos, o ressarcimento é feito de forma automática na folha de pagamento, sem necessidade de adesão manual.

Relembre
 O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Foram identificadas fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas. As investigações levaram ao afastamento de parte da cúpula do instituto em abril do ano passado.

Ressarcimentos realizados
 De acordo com o balanço

mais recente do INSS, mais de 6,4 milhões de pessoas já contestaram as cobranças e 4.401.653 aderiram ao acordo, resultando na devolução de quase R\$ 3 bilhões aos segurados em todo o país.

Outros 748.734 beneficiários estão aptos a ingressar na negociação.

Segurança contra golpes
 Para evitar fraudes e o vazamento de informações sensíveis, o INSS recomenda atenção rigorosa às seguintes diretrizes:

Cuidado com mensagens: o INSS não envia links, SMS ou mensagens de WhatsApp solicitando dados pessoais, biometria ou confirmação de senhas.

Gratuidade do serviço: o instituto não cobra taxas para a realização de pedidos de ressarcimento ou bloqueio de mensalidade. Qualquer abordagem que condicione o serviço ao pagamento de boletos ou transferências deve ser denunciada.

Intermediários: Não contrate ou use serviços de terceiros que prometem agilizar o processo em troca de valores. O sistema de contestação é acessível diretamente pelo cidadão.

Toda a comunicação oficial ocorre apenas pelo site e aplicativo Meu INSS, Central 135 e Correios. (Agência Brasil)



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br> e

b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2025		2025
Ativo		Passivo	
Disponibilidades		Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	22.608	Recursos de Instituições Financeiras	61.025.250
Títulos e Valores Mobiliários	22.608	Recursos de Clientes	60.970.479
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.543.958	Outros Passivos Financeiros	35.892
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	138.786	Provisão para Perda Esperada	48
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	56.991.989	Garantias Financeiras	48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.815.769	Outros Provedores	1.008.258
Depósitos Computabilizados e Outros Depósitos no Banco Central do Brasil	491	Impostos Diferidos	1.070.508
Operações de Crédito, Líquido de Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	48.261.532	Outros Passivos	495.965
Outros Ativos Financeiros	5.914.197	Total do Passivo	63.600.069
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	189.055		
Investimentos em Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	2.744.765	Patrimônio Líquido	
Imobilizado de Uso, Líquido de Depreciações	13.160	Capital Social	499.300
Intangíveis e Ágio, Líquidos de Amortizações	60.562	Reservas de Lucros	126.768
Impostos a Compensar	571.690	Outros Resultados Abrangentes	(489)
Créditos Tributários	3.162.111	Total do Patrimônio Líquido	625.579
Outros Ativos	330.919		
Total do Ativo	64.225.648	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	64.225.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
Receitas da Intermediação Financeira	5.569.134	10.247.092	
Operações de Crédito	5.210.222	9.946.622	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	158.912	300.470	
Despesas da Intermediação Financeira	(3.825.176)	(7.354.874)	
Operações de Captações no Mercado	(3.825.176)	(7.354.874)	
Resultado da Intermediação Financeira	1.543.958	3.092.218	
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(670.024)	(1.494.920)	
- Perda Esperada com Operações de Crédito	(670.000)	(1.494.895)	
- Perda Esperada com Demais Ativos Financeiros	(24)	(25)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	873.934	1.597.298	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(621.340)	(1.130.175)	
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	69.374	101.729	
Despesas de Pessoal	(184.249)	(351.499)	
Despesas Administrativas	(201.969)	(561.842)	
Despesas Tributárias	(80.901)	(157.646)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	59.558	130.717	
Outras Receitas Operacionais	379.910	769.887	
Outras Despesas Operacionais	(747.310)	(1.222.434)	
Provisão Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras	184.447	160.431	
Resultado Operacional	465.294	952.594	
Resultado Não Operacional	(182.746)	(267.033)	
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	69.848	200.090	
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.485	(1.079)	
Lucro Líquido	79.331	199.012	
Lucro por lote de mil ações em R\$	2,93	7,35	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil									
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025							
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	626.743	168.653							
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(2.999)	(9.899)							
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(32)	(32)							
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	623.711	158.741							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	948.536	1.413.506							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.572.247	1.572.247							
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	623.711	158.741							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição) é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente até 31 de dezembro de 2025.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referente ao segundo semestre de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.956/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Instituição optou por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2026.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àquelas aplicadas às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

4) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Operações de crédito por tipo de produto

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Pessoa Jurídica	18.474.268
- Financiamentos e repasses	17.770.366
Financiamento de veículos	17.770.366
- Empréstimos	703.902
Capital de giro	328
Crédito pessoal	110
Outros	703.464
Pessoa Física	33.326.571
- Financiamentos e repasses	31.477.445
Financiamento de veículos	31.477.445
- Empréstimos	1.849.126
Crédito pessoal	21.659
Outros	1.827.467
Total da carteira	51.800.839
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	(53.172.781)
Total de operações de crédito, líquido (1)	48.628.058

b) Movimentação da carteira de renegociação

Incluídas as renegociações e reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito renegociações e reestruturações:

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	1.722.654
Renegociações e reestruturações (1)	859.640
Recebimentos/Outros (2)	(939.488)
Baixas	(295.652)
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	1.347.154
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(611.132)
Total de operações de crédito renegociações e reestruturações, líquido de perda esperada	736.022

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que facultava às instituições à utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que a operação de crédito é modificada, a Administração considera as condições da nova operação e o vencimento renegociado ou reestruturado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados ou reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto. Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a operações de crédito a clientes renegociados ou reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos, são reconhecidos apenas quando recebidos.

c) Perda esperada líquida de recuperações

Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixado ("Write-off").

	R\$ mil
2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Constituições/(Reversões)	670.024
Recuperações	(213.142)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações	456.882
d) Itens não registrados no balanço	
	Em 31 de dezembro - R\$ mil
	2025
Garantias prestadas (1)	542
Total	542

(1) Referem-se a Avalis e Fianças (Nota 10B).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil			
	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	
Lucro Líquido do Período	79.331	199.012	
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado	380	(2.464)	
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	380	(2.464)	
- Próprios	(7)	38	
- De Coligadas e Controladas	387	(2.502)	
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro Líquido	387	(2.464)	
Resultado Abrangente do Período	79.711	196.548	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Aumento/(Redução) de Capital	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
Eventos							
Saldos em 31 de dezembro de 2024	458.063	-	45.085	435.787	1.975	-	940.910
Ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.956/21	-	-	-	-	-	(511.179)	(511.179)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	458.063	-	45.085	435.787	1.975	(511.179)	429.751
Aumento de Capital com Reservas	41.937	-	-	(41.937)	-	-	-
Redução de Capital	(700)	-	-	-	-	-	(700)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(2.464)	-	(2.464)
- Lucro Líquido	-	-	-	-	199.012	-	199.012
Destinações - Prejuízo na Adoção da Resolução CMN nº 4.956/21 com Reserva Estatutária	-	-	-	(312.167)	-	312.167	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	499.300	-	3.148	123.620	(489)	-	625.579
Saldos em 30 de junho de 2025	458.063	41.937	9.132	548.348	(869)	(511.179)	545.432
Aumento de Capital com Reservas	41.937	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(700)	-	-	-	-	-	(700)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	380	-	380
- Lucro Líquido	-	-	-	-	79.331	-	79.331
Destinações - Reversão de Reservas do 1º Semestre	-	-	-	(5.984)	(112.561)	-	118.545
- Absorção de prejuízo na adoção da Resolução CMN nº 4.956/21 com Reserva Estatutária	-	-	-	(312.167)	-	312.167	-
- Reversão de Dividendos Provisoriamente	-	-	-	-	-	1.136	1.136
Saldos em 31 de dezembro de 2025	499.300	-	3.148	123.620	(489)	-	625.579

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

5) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Devedores por depósitos em garantia	5.547.631
Títulos e créditos a receber (1)	364.983
Dividendos a receber	1.243
Pagamentos a ressarcar	340
Total	5.914.197

(1) Inclui Operações de CDC e Empréstimo Pessoal.

6) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	2.303.138	25.348.632	9.035.961	24.282.748	60.970.479
Em 31 de dezembro de 2025	2.303.138	25.348.632	9.035.961	24.282.748	60.970.479
%	3,8%	41,6%	14,8%	39,8%	100,0%

b) Despesa de operações de captações no mercado aberto

	R\$ mil
2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Depósitos interfinanceiros	3.825.176
Total	3.825.176

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 499.300 mil, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 27.065.424.740 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
2025	27.065.424	458.063
Saldo no início do período	-	41.937
Aumento de capital com reservas (1)	-	41.937
Redução de capital (2)	-	(700)
Saldo no final do período	27.065.424	499.300

(1) Conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2025 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 41.937 mil, mediante capitalização do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais. O processo foi aprovado pelo Bacen em 4 de agosto de 2025; e

(2) Conforme a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 31 de julho de 2025 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 700 mil, mediante a entrega de uma ação de emissão do Banco Bradesco Europa de R\$ 572 mil e R\$ 127 mil em moeda corrente nacional, sem emissão de ações para o Banco Bradesco S.A. O processo foi aprovado pelo Bacen em 10 de novembro de 2025.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Reservas de lucros	126.768
- Reserva legal (1)	3.148
- Reserva estatutária (2)	123.620
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e	
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.	

d) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Exercícios Findos ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou em adição aos mesmos.

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações, relativos ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
2025	
Lucro líquido atribuível aos acionistas	199.012
Número médio ponderado de ações	27.065.424
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas	7,35

f) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.



Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03
Sede: Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BITZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na internet, no endereço eletrônico: www.jornalodiassp.com.br; e
- b) Relações com Investidores: www.bradesco.com.br/ri.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	2025	Passivo	2025
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado.....	663.886	Outras Provisões.....	33
Títulos e Valores Mobiliários.....	663.886	Impostos Diferidos.....	479
Investimentos em Controladas e Coligadas.....	75	Outros Passivos.....	12.191
Imobilizado de Uso, Líquido de Depreciações.....	104	Total do Passivo.....	12.703
Intangíveis e Ágio, Líquidos de Amortizações.....	102	Patrimônio Líquido.....	
Impostos a Compensar.....	56.967	Capital Social.....	1.256.001
Créditos Tributários.....	36.935	Prejuízos Acumulados.....	(509.950)
Outros Ativos.....	5	Total do Patrimônio Líquido.....	746.051
Total do Ativo.....	758.754	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	758.754

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Receitas da Intermediação Financeira.....	46.529	84.873
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	46.529	84.873
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros.....	46.529	84.873
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	423	801
Despesas Administrativas.....	(228)	(571)
Despesas Tributárias.....	(2.299)	(4.204)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas.....	26	46
Outras Receitas Operacionais.....	2.943	5.558
Outras Despesas Operacionais.....	(19)	(29)
Resultado Operacional.....	46.952	85.674
Resultado Não Operacional.....	-	3
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro.....	46.952	85.677
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(15.089)	(189.876)
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	31.863	(104.199)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	648.788	649.349
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	648.788	649.349
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	15.098	14.537
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	663.886	663.886
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	648.788	649.349

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Bitz Instituição de Pagamento S.A. ("Bitz" ou "Instituição"), está autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar sob a forma de instituição de pagamento, podendo desenvolver atividades: (a) de prestação de serviços de pagamento; (b) executar ou facilitar a instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive a transferência originada de/ou destinada à conta de pagamento; (c) gerir conta de pagamento; (d) emitir instrumento de pagamento; (e) credenciar a aceitação de instrumento de pagamento; (f) executar remessa de fundos; (g) converter moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa, e credenciar a aceitação ou gerir o uso de moeda eletrônica; (h) outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil; e (i) participar de outras sociedades, como sócio, cotista ou acionista.

A Instituição está avaliando as alternativas para a melhor utilização dos ativos atualmente registrados, considerando o impacto da nova estratégia de negócio e não identificou até o momento impactos contábeis relevantes.

A Instituição está domiciliada na Rua da Consolação, 2.302 - 7º andar - Consolação - 01302-001 - São Paulo/SP.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 e foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, nas demonstrações financeiras intermediárias individuais, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e provisões que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de março de 2026.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Amortização do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
DINDIN (1).....				100	(5)	(9)
TECIQ Solutions Tecnologia da Informação Ltda.....	1.512	505	1.511.749	(134)	(248)	26
Total de investimentos.....				(129)	(257)	46

(1) Empresa incorporada em outubro/2021. O prejuízo se trata da amortização do investimento conforme nota 7a.

8) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
Instalações, móveis e equipamentos de uso.....	20%	486	(382)	104
Total em 31 de dezembro de 2025.....		486	(382)	104

9) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa anual	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização
Marcas e patentes (1).....	-	90	-	90
Acordos operacionais.....	20%	33	(21)	12
Total em 31 de dezembro de 2025.....		123	(21)	102

(1) Por ter vida útil indefinida, o custo da conta Marcas e Patentes não sofre amortização.

10) IMPOSTOS A COMPENSAR E OUTROS ATIVOS

a) Impostos a compensar

	2025
IRPJ e CSLL a compensar.....	56.967
Total.....	56.967

b) Outros ativos

	2025
Depósito judicial - Processo civil.....	5
Total.....	5

11) OUTRAS PROVISÕES

	2025
Provisão para contingências.....	33
Total.....	33

12) OUTROS PASSIVOS

	2025
Saldos de clientes paralisados há mais de 180 dias.....	11.797
PIS e Cofins.....	59
Total.....	12.191

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.256.001 mil, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 20.429.247 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros (estatutária): É destinada à manutenção de margem operacional compatível com as operações ativas da Instituição, até o limite de 55% do capital social.

c) Dividendos

O estatuto social da Instituição determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do período ajustado na forma da Lei.

14) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Serviços administrativos e Marketing.....	56	227
Depreciação e amortização.....	43	87
Amortização do investimento sobre o ágio.....	129	257
Total.....	228	571

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	1.256.001	-	-	-	(405.751)	850.250
Prejuízo Líquido.....	-	-	-	-	(104.199)	(104.199)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	1.256.001	-	-	-	(509.950)	746.051
Saldos em 30 de junho de 2025.....	1.256.001	-	-	-	(541.813)	714.188
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	31.863	31.863
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	1.256.001	-	-	-	(509.950)	746.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE RESUMIDA - Em Reais mil

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período.....	31.863	(104.199)
Resultado Abrangente do Período.....	31.863	(104.199)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se às aqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil
Total de caixa e equivalentes de caixa.....	663.886

Cotas de Fundos de Investimentos (1)..... 663.886

Total de caixa e equivalentes de caixa..... 663.886

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 3c, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

5) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	2025
Títulos	
Cotas de fundo de investimento (1).....	663.886
Total geral.....	663.886

(1) Refere-se à aplicação em Fundos exclusivos da Organização Bradesco; e

(2) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

6) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil
Cotas de Fundo de Investimento.....	16.808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29.721
Total.....	46.529

7) INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

a) Composição dos investimentos em controladas e coligadas

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil
DINDIN (1).....	23
TECIQ Solutions Tecnologia da Informação Ltda. (2).....	732
Total.....	755

(1) Saldo líquido do investimento na DINDIN conforme PPA. O fluxo de amortização do investimento é realizado de forma linear e mensal com finalização em dezembro/2026.

(2) Saldo líquido do investimento na TECIQ conforme PPA de R\$ 227 mil + Participação no Patrimônio líquido de R\$ 505 mil.

(3) Saldo líquido de baixa por impairment no montante de R\$ 4.322 mil, em 31 de dezembro de 2025.

	Amortização do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
(5)	(9)	
(134)	(248)	26
(129)	(257)	46

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Contribuição à Cofins.....	1.978	3.616
Contribuição ao PIS.....	321	588
Total.....	2.299	4.204

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	46.952	85.677
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes.....	(15.964)	(29.130)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	9	179
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(82)	(162.553)
Outros valores (1).....	(15.089)	(189.876)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(15.089)	(189.876)

(1) Contempla a utilização do crédito tributário, no montante de R\$ 161.974, relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(10.516)	(19.125)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias.....	44	88
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	(1.249)	(39.540)
Prejuízo fiscal.....	(3.368)	(131.299)
Total dos impostos diferidos.....	(4.573)	(170.751)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	(15.089)	(189.876)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Ágio amortizado.....	270	88	-	358
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	270	88	-	358
Utilização de saldos iniciais de:				
Base negativa de contribuição social (1).....	207.416	-	(170.839)	36.577
Total dos créditos tributários.....	207.686	88	(170.839)	36.935

(1) Realização contempla os valores relativos à Adesão das empresas da Organização Bradesco ao Programa de Transação Integral (PTI), realizada com base no artigo 311, do Edital RFB/PGFN 25/2024.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	2025	Base negativa	Total
Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	
2026.....	26	9	6.546
2027.....	26	9	6.830
2028.....	26	9	5.954
2029.....	26	9	2.652
2030.....	26	9	-
2031.....	26	9	-
2032.....	26	9	-
2033.....	26	9	-
2034.....	26	9	-
2035.....	29	14	-
Total.....	263	95	20.984

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.



continuação



Bitz Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 15.011.719/0001-03
Sede: Rua da Consolação, 2.302, 7º andar, Consolação, São Paulo, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 33.793 mil, sendo R\$ 304 mil de diferenças temporárias e R\$ 33.489 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários da Bitz foram devidamente atados.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar correspondem ao montante de R\$ 56.967 mil em 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos saldos negativos de IRPJ e CSLL, conforme mencionados na Nota 10a.

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, sendo a Aranal Holdings S.A. como controlador direto e o Banco Bradesco S.A. como controlador indireto são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	2º Semestre de 2025	Acumulado em 31 de dezembro de 2025
R\$ mil		
Resultado:		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6) (1).....	29.721	67.138

(1) Controlador indireto - Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução BCB nº 8/2020, para seu pessoal-chave da Administração.

18) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
R\$ mil						
Ativo:						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	-	-	-	-	663.886	663.886
Títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	-	663.886	663.886
Investimentos em controladas e coligadas.....	21	107	108	14	505	755
Imobilizado de uso, líquido de depreciações.....	7	40	40	17	104	208
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações.....	1	3	4	94	-	102
Impostos a compensar.....	-	-	-	56.967	-	56.967
Créditos tributários.....	-	-	-	36.935	-	36.935
Outros ativos.....	-	-	-	5	5	10
Total em 31 de dezembro de 2025.....	29	150	152	94.027	664.396	758.754
Passivo:						
Outras provisões.....	-	-	-	-	33	33
Impostos diferidos.....	479	-	-	-	-	479
Outros passivos.....	324	-	-	-	11.797	12.121
Total do passivo.....	873	-	-	-	11.830	12.703
Total do patrimônio líquido.....	-	-	-	-	746.051	746.051
Total em 31 de dezembro de 2025.....	873	-	-	-	757.881	758.754

19) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis também no seguinte endereço eletrônico: Relações com Investidores www.bradesco.com.br/i.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 25 de março de 2026, sem ressalvas.

Desemprego sobe para 5,8% em fevereiro, mas é o menor para o trimestre

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em fevereiro atingiu 5,8%, valor acima do trimestre móvel terminado em novembro, quando era de 5,2%.

Apesar da alta no intervalo, o resultado é o menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, e mostrou também recorde no salário do trabalhador. No mesmo trimestre de 2025, o índice era 6,8%.

No trimestre terminado em fevereiro, o Brasil tinha 102,1 milhões de pessoas ocupadas e 6,2 milhões à procura de trabalho. No trimestre de setembro a novembro de 2025 eram 5,6 milhões de brasileiros em busca de vagas.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre terminado em novembro, o número de ocupados era 874 mil a mais. De acordo com o instituto, o aumento da desocupação é explicado por perda de vagas nos segmentos de saúde, educação e construção.

A coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, atribuiu a redução ao comportamento sazonal, ou seja, típico da época do ano, principalmente nas áreas de educação e saúde.

"Parte expressiva dos ocupados é provida por contratos temporários no setor público. Na transição de um ano para outro, há um processo de encerramento dos contratos vigentes, repercutindo no nível da ocupação dessa atividade."

Recorde no rendimento

Apesar da elevação recente na taxa de desocupação, o rendimento médio mensal do trabalhador no trimestre encerrado em fevereiro atingiu R\$ 3.679, o maior já registrado, ficando 2% acima do trimestre encerrado em novembro de 2025 e 5,2% em relação ao mes-

mo trimestre do ano anterior. Esse valor é real, ou seja, já desconta a inflação dos períodos de comparação.

"O crescimento do rendimento vem sendo impulsionado pela grande demanda de trabalhadores, acompanhada de tendência de maior formalização em atividades de comércio e serviços", afirmou Adriana Beringuy.

Mais destaques da pesquisa:

Número de empregados no setor privado com carteira assinada foi de 39,2 milhões, estável em relação ao trimestre móvel terminado em novembro e em relação ao mesmo período de 2025.

Número de trabalhadores por conta própria ficou em 26,1 milhões, estável entre trimestres seguidos e aumentou 3,2% ante o mesmo período de 2025 (mais 798 mil pessoas);

Taxa de informalidade foi de 37,5% da população ocupada (ou 38,3 milhões de trabalhadores informais), contra 37,7% do trimestre encerrado em novembro. Informais são trabalhadores sem garantias trabalhistas, como cobertura previdenciária e férias.

Críticas

A pesquisa do IBGE apura o comportamento do mercado de trabalho para pessoas a partir de 14 anos e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporária e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 11 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A maior taxa de desocupação já registrada na série iniciada em 2012 foi de 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19. A menor foi 5,1% no quarto trimestre de 2025. (Agência Brasil)

Receita recebe 4,4 milhões de declarações de IR na primeira semana

Cerca de 4,4 milhões de contribuintes acertaram as contas com o Leão na primeira semana de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2026 (anexo 2025). Até às 18h03 da sexta-feira (27), 4.444.798 documentos foram enviados.

O número equivale a 10,1% do total de declarações previstas para este ano. Em 2026, o Fisco espera receber 44 milhões de declarações. Tradicionalmente, o ritmo de entrega é maior na primeira semana por causa dos contribuintes que preencheram o

documento com antecedência.

Segundo a Receita Federal, 80% das declarações entregues até agora terão direito a receber restituição, enquanto 11,1% terão que pagar Imposto de Renda e 8,9% não têm imposto a pagar nem a receber.

A maioria dos documentos foi preenchida a partir do programa de computador (69%), mas 19,2% dos contribuintes recorrem ao preenchimento on-line, que deixa o rascunho da declaração salvo nos computadores do Fisco (nuvem da Receita), e 11,8% declaram pelo aplicativo Meu Im-

posto de Renda para smartphones e tablets.

Um total de 59,9% dos contribuintes que entregaram o documento à Receita Federal usaram a declaração pré-preenchida, por meio da qual o declarante baixa uma versão preliminar do documento, bastando confirmar as informações ou retificar os dados. A opção de desconto simplificado representa 57% dos envios.

O prazo para entregar a declaração e termina às 23h59min59s de 29 do dia maio. O programa gerador da declaração está disponível desde 19

de março.

Quem não enviar a declaração no prazo pagará multa de R\$ 165,74 ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

As pessoas físicas que receberem rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R\$ 177.920, são obrigadas a declarar. As pessoas que receberem até dois salários mínimos mensais em 2025 estão dispensadas de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade. (Agência Brasil)

Precatórios da União para 2027 somam R\$ 44,9 bilhões

A União deverá pagar R\$ 44,9 bilhões em precatórios em 2027, segundo relatório divulgado na sexta-feira (27) pela Secretaria de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento.

Os valores correspondem a dívidas judiciais definitivas, quando não cabe mais recurso, e serão pagos a mais de 200 mil beneficiários.

Confira os principais números do relatório:

R\$ 44,9 bilhões em precatórios para 2027;

R\$ 71,9 bilhões em 2026 (queda no comparativo);

R\$ 5,8 bilhões ligados ao Fundef;

R\$ 2,5 bilhões é valor do o maior precatório individual;

97,9% dos pedidos são de até R\$ 1 milhão;

R\$ 23,9 bilhões somam esses

pequenos valores;

117.855 pedidos apresentados;

209.622 beneficiários.

Queda de valores

O total previsto para 2027 é inferior ao de 2026, quando os precatórios somaram R\$ 71,9 bilhões.

Segundo o governo, a redução se deve principalmente à mudança no prazo de envio das informações pelo Judiciário, antecipado de abril para fevereiro, e à alteração no indexador da dívida, que passou da Taxa Selic (juros básicos da economia) para a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 2% ao ano.

Maiores valores

Entre os precatórios, desta-

cam-se ações relacionadas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Ao todo, 127 pedidos vinculados ao fundo somam R\$ 5,8 bilhões. O maior deles, de cerca de R\$ 2,5 bilhões, foi expedido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, único acima de R\$ 1 bilhão.

Distribuição

A maior parte dos processos é de pequeno valor: 97,9% são de até R\$ 1 milhão.

Na divisão por tipo de despesa:

Previdência lidera em quantidade, com 79.353 pedidos;

Outras despesas de custeio e capital concentram o maior vo-

lume financeiro, com R\$ 20,4 bilhões;

Pessoal e encargos sociais somam R\$ 6,6 bilhões (14,7% do total).

Contexto legal

Precatórios são dívidas que a União precisa pagar após condenações definitivas na Justiça.

As regras para esses pagamentos foram alteradas recentemente por emenda constitucional, que prevê a reincorporação gradual dessas despesas às metas fiscais até 2036.

O impacto dessa transição ainda será detalhado nas próximas peças orçamentárias do governo, a começar pelo projeto de lei orçamentária de 2027, a ser apresentado no fim de agosto. (Agência Brasil)

FAT poderá destinar mais recursos para financiar inovação

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) poderá usar mais recursos para financiar projetos de inovação em 2026 por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na quinta-feira (24) a elevação do limite que pode ser destinado a essas operações.

Com a decisão, o percentual máximo de recursos do FAT indexados à Taxa Referencial (TR) usado nos financiamentos a inovações sobe de 1,5% para 2,5% do saldo do fundo. A medida renova o limite especial que vigo-

rou no ano passado, mas tinha deixado de valer em janeiro.

Segundo o Ministério da Fazenda, a medida é um ajuste dentro da política já existente, sem mudanças na destinação dos recursos ou nos critérios de elegibilidade das operações.

Em nota, a pasta explicou que a ampliação ocorre após forte demanda pelas linhas de financiamento no ano passado, com participação relevante de micro, pequenas e médias empresas. De acordo com a Fazenda, parte dos recursos não foi utilizada em 2025 devido ao curto prazo para contratação, já que o crédito adicio-

nal foi liberado apenas no segundo semestre.

Com o novo limite, o governo pretende absorver essa demanda reprimida, além de garantir maior previsibilidade e continuidade ao financiamento de projetos de inovação.

A decisão também ocorre em um contexto de necessidade de estímulo ao investimento produtivo e à difusão tecnológica, especialmente diante da recente retração na produção de bens de capital, setor considerado estratégico para ganhos de produtividade.

O governo ressalta que a me-

da não terá impacto fiscal, uma vez que os recursos vêm do FAT constitucional, já previstos em lei, sem envolver despesas primárias da União. Criado pela Constituição de 1988, o FAT tem três finalidades: servir de fonte de recursos para o BNDES, financiar o abono salarial e o seguro-desemprego e fornecer cursos de qualificação profissional.

Presidido pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, o CMN também tem a participação do presidente do Banco Central, Gabriel Galilopolo, e da ministra do Planejamento, Simone Tebet. (Agência Brasil)

Ribeirão Preto, 23 de março de 2026

Empresas enquadradas podem sofrer restrições como:

- perda de benefícios fiscais;
- proibição de participar de licitações;
- impedimento de contratar com o Poder Público;
- Veto à recuperação judicial;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) declarado inapto;
- inclusão em lista pública e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

No caso de punições, contratos antigos podem ser mantidos apenas em serviços essenciais ou infraestrutura crítica.

Fiscalização

A portaria também prevê:

- divulgação de lista pública de devedores;
- compartilhamento de dados com estados e municípios;
- integração de informações fiscais em todo o país. (Agên



Relatório de Administração | União Química 2025

90 ANOS DE UNIÃO QUÍMICA NA SAÚDE

Desde 1936, a União Química vem escrevendo a sua história na saúde do Brasil. Prestes a completar 90 anos, sua trajetória é marcada por um legado de tradição, sustentado por disciplina, consistência e inovação. Referência no setor, ocupamos atualmente a 5ª posição entre os laboratórios nacionais.

Encerramos 2025 com receita líquida de R\$ 4,4 bilhões, avanço de 4,7% em relação ao ano anterior e crescimento em sell-out de 9,7%. O EBITDA totalizou R\$ 805 milhões, com margem de 18,3%, enquanto o lucro líquido atingiu R\$ 250,5 milhões. Em um cenário macroeconômico desafiador, marcado por taxas de juros elevadas e maior pressão sobre custos, os resultados mostram a capacidade da organização em seguirmos avançando de forma equilibrada, preservando a rentabilidade e mantendo iniciativas relevantes em curso.

Reforçando o nosso compromisso com o futuro, realizamos em 2025 o maior investimento em Pesquisa e Desenvolvimento da nossa trajetória: R\$ 272,7 milhões, equivalentes a 6,2% da receita líquida. Esse esforço se reflete nos 132 novos produtos em SKUs lançados no período, que trazem complementaridade ao portfólio das nossas cinco unidades de negócios.

Nos últimos anos, a União Química consolidou uma base industrial sólida e ampliou sua presença no Brasil e no exterior. Hoje, são 11 unidades produtivas, sendo 10 no Brasil e uma nos Estados Unidos, com presença internacional em mais de 70 países. Esse conjunto sustenta a operação com escala, eficiência e competitividade, apoiada por governança e planejamento estruturado. O parque industrial soma aproximadamente 922 mil m² de área total, com 268 mil m² de área construída, refletindo a dimensão e a robustez dessa base produtiva.

Como parte desse movimento de fortalecimento industrial, a companhia investiu também na expansão do parque industrial em Pouso Alegre (MG). O local ganhou cinco novas linhas de produção de alta performance e uma área dedicada à garantia da qualidade. Já em Taboão da Serra (SP), foi implementada uma nova linha de pomadas, com a incorporação de três produtos ao portfólio, ampliando a capacidade produtiva.

Também avançamos em iniciativas estratégicas relevantes ao longo do ano. A aquisição da planta dedicada à fabricação de vacinas em Montes Claros (MG), representa a entrada no segmento de imunobiológicos, estendendo a base científica e produtiva. No cenário internacional, o acordo global para distribuição exclusiva do LACTOTROPIN® contribui para o fortalecimento da presença em mercados estratégicos e para o ganho de escala, com condições de atender à demanda em nível global.

A agenda ESG segue integrada à estratégia da companhia. No pilar ambiental, avançamos no uso de energia limpa, com destaque para a geração solar nas unidades de Brasília (DF) e Pouso Alegre (MG). O programa Raízes da União alcançou a marca de 800 mil mudas de árvores nativas plantadas, gerando restauração de áreas degradadas, proteção dos recursos hídricos e apoio à comunidade local. No pilar social, seguimos com iniciativas voltadas à valorização das pessoas e ao impacto positivo na sociedade. Em

governança, mantivemos elevados padrões de gestão e transparência, com a renovação da classificação AA pela Fitch Ratings pelo quinto ano consecutivo.

Os resultados refletem uma operação sólida, com evolução consistente e atenção permanente à eficiência e, isso, só foi possível graças à dedicação do nosso time e à força de parcerias sustentáveis que construímos ao longo da jornada. Com responsabilidade, consciência e visão de longo prazo, seguimos fortalecendo nossa presença no setor da saúde e ampliando o acesso à sociedade.

Fernando de Castro Marques
Presidente do Grupo União Química



Anos de União Química na Saúde

DESTAQUES 2025

10 PLANTAS
no Brasil e 1 nos EUA

+ DE 8,4 MIL
colaboradores

R\$ 4,4 BILHÕES
de Receita Líquida,
crescimento de 4,7%.

R\$ 272,7 MILHÕES
em investimentos em P&D, equivalente a 6,2% do faturamento líquido.

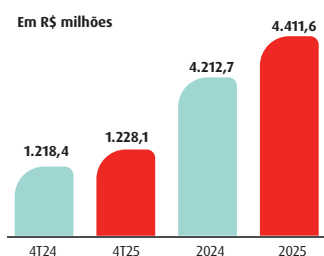
9,7% EM SELL-OUT
Crescimento de

132 NOVOS
produtos em SKUs

5ª POSIÇÃO
entre os laboratórios nacionais

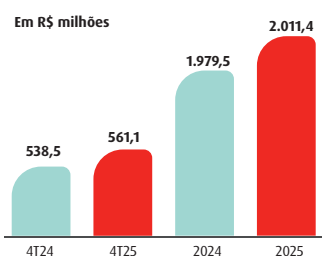
DESTAQUES ECONÔMICOS

Receita Líquida



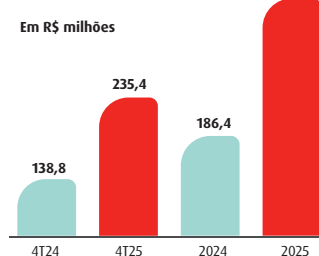
A receita em 2025 foi de R\$ 4,4 bilhões. Em comparação com ano anterior, a receita líquida cresceu 4,7%.

Margem Bruta



O lucro bruto em 2025 foi de R\$ 2 bilhões, com margem bruta de 45,6%.

Fluxo de Caixa Livre



O Fluxo de Caixa Livre de 2025 foi de R\$ 663,6 milhões, crescimento acima de 3x frente ao mesmo período do ano anterior.



Relatório de Administração | União Química 2025

90 Anos

União Química
farmacêutica nacional S/A

GENOM

AGENER UNIAO

EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

A União Química concluiu em 2025 a aquisição da planta da MSD Saúde Animal em Montes Claros (MG). A operação marca a entrada do Grupo no segmento de imunobiológicos, inicialmente em fabricação de vacinas voltadas à saúde animal.

Como parte desse movimento de fortalecimento industrial, a companhia investiu também na expansão do parque industrial em Pouso Alegre (MG). O local ganhou cinco novas linhas de produção de alta performance e uma área dedicada à garantia da qualidade. Já em Taboão da Serra (SP), foi implementada uma nova linha de pomadas, com a incorporação de três produtos ao portfólio, ampliando a capacidade produtiva.



Um dos maiores
complexos industriais
farmacêuticos nacionais



922 mil
m² de área
total



226 mil
m² de área
construída



Unidade fabril de Brasília (DF)



Unidade fabril Union Agener (EUA)



Unidade fabril Laboratório São Paulo (SP)



Unidade fabril de Taboão da Serra (SP)



Unidade fabril em Pouso Alegre (MG)

Centro de Distribuição e Parque Gráfico
em Pouso Alegre (MG)

Unidade fabril de Guarulhos (SP)



Unidade fabril de Embu-Guaçu (MG)



Unidade fabril de São Paulo (SP)



Bthek - Brasília (DF)



Montes Claros (MG)

Unidade fabril de Valinhos (SP) - Bionovis - Joint Venture entre União Química, EMS, Aché
e Hypera com foco em biotecnologia

SAÚDE HUMANA

GENOM

- A União Química mantém liderança absoluta em Oftalmologia em Reais PPP, com 26% de market share (participação superior ao dobro do segundo colocado).
- Líder na América Latina em lágrimas artificiais em dose única com Lacrifilm® (o mais vendido do Brasil) e pioneira em frascos multidoses sem conservantes e suplementação oral para olho seco, a Genom é o laboratório mais prescrito pelos oftalmologistas no país.
- Em contraceptivos orais hormonais, mantém liderança em unidades vendidas desde 2019 no Brasil e desde 2022 na América Latina, com market share superior a 24% e 15%, respectivamente.
- Novo posicionamento estratégico com atuação no segmento de Cardiologia com aquisição da Apresolína®.

Fontes: IQVIA FMB e IQVIA Midas Dez'25



- Ocupa posição de destaque no mercado de medicamentos OTC, com liderança nas categorias de laxantes (Bisalax® e Colact®) e hepatoprotetores (Xantinon®), reforçando sua relevância no autocuidado e na saúde preventiva.
- No canal Retail, a União Química figura entre os principais laboratórios em diversas categorias estratégicas, com destaque para vitaminas (Bio-C® e Vita Supraz®), xaropes antitussígenos (Hytós Plus®), antimicrobianos (Vodol®) e espasmódicos (Neocopan®), ampliando sua capilaridade e presença no varejo farmacêutico.
- Apresenta participação relevante no mercado de medicamentos genéricos, com portfólio competitivo e produtos de alta demanda, como Paracetamol, Cefalexina, Duloxetina e Cetorolaco Trometamol, contribuindo para acesso e eficiência no sistema de saúde.

Fontes: IQVIA PMB Dez'25



- No canal Non Retail, posiciona-se entre os seis maiores laboratórios nacionais, com forte atuação e relevância nos segmentos de anestésicos, anti-inflamatórios e antiulcerosos (Reais HPP), consolidando sua presença institucional junto a hospitais e clínicas.
- Lançamento estratégico do produto escetamina no segmento de anestesiologia, sendo o primeiro produto a ser lançado após queda da patente.
- Presente em 4 mil hospitais e mais de 3 mil clínicas.

Fontes: IQVIA NRC Dez'25

OUTSOURCING

- A Unidade de Negócios Outsourcing produz medicamentos para indústrias farmacêuticas nacionais e multinacionais.
- Capacidade para exportar para mais de 70 países, com certificações de órgãos reguladores internacionais mais importantes do mundo.

MERCADOS INTERNACIONAIS

- Em 2025, foram lançados 57 novos produtos de exportação, totalizando 71 novos SKUs (saúde humana e animal).



SAÚDE ANIMAL

- Divisão Agener Saúde Animal ocupa a 3ª posição* no mercado farmacêutico veterinário, desde 2023.
- A parceria global entre a União Química e a MSD Saúde Animal visa expandir a distribuição do LACTOTROPIN®, o produto líder em faturamento no setor veterinário brasileiro.
- Há cinco anos consecutivos, a Agener União mantém a liderança em IATF (Inseminação Artificial por Tempo Fixo) para animais de reprodução, além de ser referência no mercado pet com a linha de Dermatológicos.

Fontes: *SINDAN excluindo mercado veterinário não atuante de Aves e Exportação



Relatório de Administração | União Química 2025

AGENDA ESG DA UNIÃO QUÍMICA

A União Química tem como visão crescer de forma sustentável, e sua agenda ESG está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.



Ambiental



- Avanço no uso de energia limpa nas unidades de Brasília (DF) e Pouso Alegre (MG).
- O programa Raízes da União entrou em seu quarto ano, com o plantio de 800 mil mudas de árvores nativas dos biomas Mata Atlântica e Cerrado. A meta é plantar 1 milhão de mudas, gerando restauração das áreas degradadas, proteção dos recursos hídricos e apoio à comunidade local.



- Publicação do 3º Relatório de Sustentabilidade.



Responsabilidade Social



- Lançamento do programa Tempo de União, criado para homenagear colaboradores que completam trajetórias entre 5 e mais de 30 anos na companhia, com reconhecimentos personalizados.
- Em 2025, o programa Portas Abertas recebeu mais de 260 filhos de colaboradores para conhecerem as instalações e os valores institucionais da União Química.
- A companhia mantém uma estrutura assistencial completa com consultórios em especialidades como ginecologia, cardiologia, ortopedia, clínica geral e endocrinologia, além de atendimento odontológico.
- Patrocínio à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, fortalecendo o apoio à cultura e garantindo o acesso às crianças das redes de ensino estaduais.
- Outubro Rosa: campanha da rede nacional Genom com edição especial do Lacrifilm®, parte da receita revertida ao Hospital de Amor em Barretos, com doação aproximada de R\$ 300 mil.
- A Agener União manteve o apoio ao Instituto AMPARA Animal, com doação de 4 mil doses de vacinas e medicamentos. A entidade meditou mais de 577 mil animais e fez 61 mil castrações.



Governança Corporativa



- Manteve a classificação AA na agência internacional Fitch Ratings, renovada pelo quinto ano consecutivo.
- Ranking Valor 1000: entre as 10 maiores e melhores farmacêuticas do Brasil.
- Integrou o ranking da indústria farmacêutica no anuário Época Negócios 360° pelo terceiro ano consecutivo, ocupando a 2ª posição no pilar ESG.
- Prêmio Top Credinlar: pelo terceiro ano consecutivo, com 1º lugar em Compartilhamento de Demonstrações Financeiras (Segmento Agrovetereário) e 2º lugar em Atualização do Banco de Dados.
- A unidade de Brasília obteve a certificação ISO 14001.
- O programa de visitação médica nas plantas, Por Dentro da União Química, fortalece o relacionamento com profissionais de saúde ao oferecer uma experiência imersiva.

União Química Farmacêutica Nacional S/A - CNPJ/MF: 60.665.981/0001-18

Demonstrações FINANCEIRAS 2025

Balancos Patrimoniais									
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.171.811	530.223	1.228.159	621.907	15	422.581	471.210	452.614
Contas a receber de clientes	5	1.722.615	1.837.747	1.748.792	1.712.216	16	19.436	31.407	23.124
Estoques	6	878.828	908.815	982.732	1.038.063	17	166.595	324.967	167.082
Impostos e contribuições a recuperar	7	185.505	234.583	241.891	277.524	18	218.251	261.454	255.466
Impostos a recuperar sobre o lucro	7	6.467	18.995	50.056	56.647	19	5.610	21.864	5.610
Outros ativos	8	53.450	102.736	64.885	118.806	9	6.877	2.807	6.877
Instrumentos financeiros derivativos	8	—	9.976	9.976	2.807	22,5	14.282	19.301	14.282
Despesas antecipadas	9	19.565	18.990	22.329	19.875	21	21.766	19.079	22.430
		4.039.241	3.662.065	4.338.844	3.855.014	20	101.229	77.187	144.138
						976.727	1.229.296	1.091.823	1.318.583
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	17	3.054.862	2.284.496	3.054.862
Contas a receber de clientes	5	181.953	—	—	Provisão para perdas com investimentos	11	30.424	—	—
Outros ativos	6	86.008	6.048	94.612	23.146	21	54.138	15.382	71.605
Créditos com partes relacionadas	10	55.978	43.892	4.869	11.021	19,3	47.458	17.750	47.458
Impostos diferidos	19,3	—	—	56.896	51.173	18	3.090	5.618	3.090
Impostos e contribuições a recuperar	7	155.924	200.709	159.830	204.425	20	195.419	123.089	273.317
Depósitos judiciais	21	34.845	38.640	37.142	41.027	3.385.391	2.482.235	3.450.332	2.535.314
Despesas antecipadas		299	562	927	1.197				
Investimentos	11	514.157	289.851	354.276	331.989	22,1	1.470.742	1.470.742	1.470.742
Imobilizado	12	853.168	702.579	1.123.099	905.461		1.680	1.680	1.680
Intangível	13	761.827	284.358	654.950	588.412		583.982	442.352	583.982
		1.868.015	1.691.581	1.908.130	1.599.230	22,2	122.457	109.928	122.457
		2.382.172	1.981.802	2.262.406	1.931.219		461.525	332.424	461.525
		6.421.413	5.643.987	5.601.259	5.796.233		2.891	17.562	2.891
Total do ativo					Total do passivo e patrimônio líquido				
						6.421.413	5.643.987	6.601.259	5.796.233

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Controladora		Consolidado		Saldo em 31 de dezembro de 2024	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de capital	22,1	686.290	1.680	92.996	88.415	22,1	686.290	1.680	92.996
Integralização da reserva de incentivos fiscais		784.452	—	—	(784.452)		784.452	—	—
Lucro líquido do exercício	22,5	—	—	—	—	22,5	—	—	—
Distribuição do lucro líquido	22,5	—	—	16.932	244.009	22,5	—	—	16.932
Dividendos mínimos obrigatórios	22,5	—	—	—	—	22,5	—	—	—
Juros sobre o capital próprio	22,5	—	—	—	—	22,5	—	—	—
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—		—	—	—
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras		—	—	—	—		—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.470.742	1.680	109.928	332.424		1.470.742	1.680	109.928
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—		—	—	—
Distribuição do lucro líquido	22,5	—	—	12.529	223.759	22,5	—	—	12.529
Dividendos mínimos obrigatórios	22,5	—	—	—	—	22,5	—	—	—
Juros sobre o capital próprio	22,5	—	—	—	(94.658)	22,5	—	—	(94.658)
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—		—	—	—
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras		—	—	—	—		—	—	—
Realização da reserva pela liquidação de investida no exterior		—	—	—	—		—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.470.742	1.680	122.457	461.525		1.470.742	1.680	122.457

Demonstração dos Fluxos de Caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)									
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades de investimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	312.871	364.781	309.335	349.325	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	(52.926)	94.209	(55.539)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:					Outras contas a pagar	20	(35.149)	(8.326)	(114.580)
Perda de crédito esperada	5	7.075	427	7.107	19,2	(13.110)	(6.122)	(15.148)	(8.019)
Provisão para perdas em estoques	6	39.973	62.372	74.765	Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	817.869	332.105	825.144	399.677
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	738	(18.531)	(26.227)	Fluxo de caixa das atividades de investimento:	12	(117.893)	(91.996)	(144.090)
Encargos financeiros e variações cambiais	25	399.749	378.172	408.402	Aquisição de bens do ativo imobilizado	13	(55.606)	(103.866)	(103.867)
Provisão (Reversão) de impairment de ativos - marcas	20	18.499	10.956	12.621	Aquisição de intangível	12	36.155	453	36.155
Perdas com recebimento de crédito	5	(2)	17.327	(1.864)	Recebimento na venda de ativo imobilizado	12	36.155	453	36.155
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	24	(14.619)	(109)	(14.619)	Mutuo ativo com terceiros	17	(17.200)	—	—
Juros e ajuste a valor presente	25	(6.452)	(4.058)	(7.085)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:	(152.544)	(195.409)	(161.594)	(213.268)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	9	63.745	(51.448)	63.745	Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	17	929.175	1.879.101	929.175
Amortização do contrato de fornecimento	11	489	(3.295)	—	Captações de empréstimos e financiamentos	17	250.891	(253.450)	(250.891)
Lucros nos estoques não realizados	11	489	(3.295)	—	Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	17	(507.655)	(1.337.033)	(508.758)
Receita com créditos tributários	25	(139.113)	(267.644)	(142.437)	Financiamentos	20	(94.606)	(75.997)	(127.231)
Depreciação e amortização	12 e 13	101.028	95.736	144.547	Dividendos pagos a acionistas	22,6	(80.459)	(49.623)	(80.459)
		785.845	587.175	832.016	Débito com partes relacionadas	22,5	(19.301)	(8.990)	(19.301)
					Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento:	10	—	927	(148)
					Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	641.588	290.704	606.262	159.490
					Efeitos de mudanças sobre o saldo de caixa mantido em moeda estrangeira	—	—	(316)	(10.183)
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	530.223	239.519	621.907	462.417
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.171.811	530.223	1.228.159	621.907
						641.588	290.704	606.262	159.490

Demonstração dos Resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)									
Receta	Controladora		Consolidado		Despesa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receta operacional líquida	23	4.290.072	4.029.269	4.411.560	4.212.685	23	4.290.072	4.029.269	4.411.560
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(2.340.917)	(2.150.644)	(2.400.221)	(2.233.230)	24	(2.340.917)	(2.150.644)	(2.400.221)
Lucro bruto		1.949.155	1.878.625	2.011.339	1.979.453		1.949.155	1.878.625	2.011.339
Despesas e receitas operacionais:									
Despesas gerais e administrativas	24	(747.174)	(771.941)	(845.895)	(874.557)	24	(747.174)	(771.941)	(845.895)
Despesas com vendas	24	(697.863)	(670.604)	(697.781)	(670.648)	24	(697.863)	(670.604)	(697.781)
Perdas de crédito esperadas	24	(7.075)	(427)	(7.107)	(447)	24	(7.075)	(427)	(7.107)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	166.067	260.959	173.836	261.841	25	166.067	260.959	173.836
Equivalência patrimonial	11,1	(1.227)	21.826	26.227	17.310	11,1	(1.227)	21.826	26.227
Lucro operacional antes do resultado financeiro		662.083	718.438	660.619	712.952		662.083	718.438	660.619
Despesas financeiras	26	297.117	204.494	308.642	240.047	26	297.117	204.494	308.642
Despesas financeiras	26	(648.329)	(558.151)	(659.826)	(603.674)	26	(648.329)	(558.151)	(659.826)
Resultado financeiro, líquido:		(494.212)	(353.657)	(351.284)	(363.627)		(494.212)	(353.657)	(351.284)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		312.871	364.781	309.335	349.325		312.871	364.781	309.335
Imposto de renda e contribuição social:									
Diferido	19,1	(32.993)	(28.135)	(34.780)	(27.754)	19,1	(32.993)	(28.135)	(34.780)
Lucro líquido do exercício	19,3	(29.708)	1.976	(23.985)	17.051	19,3	(29.708)	1.976	(23.985)
Lucro líquido do exercício		250.570	338.622	250.570	338.622		250.570	338.622	250.570
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas (em R\$)	22,7	—	—	0,4235	0,5724	22,7	—	—	0,4235

Demonstração dos Resultados Abangentes

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		250.570	338.622	250.570	338.622
Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado					
resultados abrangentes					
Referências cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	11.2	(733)	82.202	(733)	82.202
Realização de reserva pela liquidação de investida no exterior		—	—	(13.938)	—
Resultado abrangente do exercício		235.899	420.824	235.899	420.824

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) informou que o monitoramento de forma permanente as cadelas de suprimentos possivelmente afetadas pela guerra no Oriente Médio.

Entre os produtos sob acompanhamento estão fertilizantes, como o nitrato de amônio, que teve sua importação ao Brasil temporariamente interrompida pela Rússia, por conta da guerra contra a Ucrânia.

O conflito na Europa, iniciado há quatro anos, já provocava volatilidade nos preços e ampliava a corrida global por insumos agrícolas.

A fim de evitar que o problema prejudique ainda mais os produtores rurais, o ministério afirma que mantém diálogo com diferentes atores do setor, para avaliar alternativas de logística, importação e estratégias que garantam a segurança do abastecimento para o país.

De acordo com a pasta, o Brasil importa "parcela significativa dos fertilizantes utilizados na produção agrícola", motivo pelo qual tem ressaltado a necessidade de cautela por parte do mercado e dos produtores rurais.

Especulação

Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, a instabilidade internacional tem alimentado movimentos especulativos que pressionam os preços dos fertilizantes. Fávaro ressalta que a melhor forma de enfrentar a especulação é "não comprar quando o preço está artificialmente elevado".

Em nota, o Mapa informa que a safra de inverno já está plantada ou em fase final de implantação, o que reduz a necessidade imediata de aquisição de fertilizantes.

A próxima grande demanda está prevista para setembro, quando se inicia o plantio da safra de verão.

"Quem precisava comprar fertilizante para a safra atual já o fez. Para a safra de verão, ainda há tempo. Por isso, a orientação neste momento é aguardar o desenrolar do cenário internacional e evitar compras precipitadas", explicou Fávaro.

O ministro argumenta que o setor conta com alternativas tecnológicas e estratégias de manejo que podem ajudar a otimizar o uso de nutrientes nas lavouras, e que isso reduz impactos de eventuais oscilações de preços no mercado internacional.

Riscos

Consultado pela Agência Brasil, o integrante do Conselho Popular do Brics Marco Fernandes explica que, como boa parte dos fertilizantes do mundo passa pelo Estreito de Ormuz, pode haver uma crise de produção.

A consequência disso seria a alta no preço dos alimentos, acredita, "o que pode resultar na morte de milhares de pessoas em todo o mundo".

"O cenário que se configura, portanto, vai além da questão energética. É um cenário muito preocupante", complementou o analista geopolítico do portal Brasil de Fato. (Agência Brasil)

Divergência entre Haddad e Galipolo adia indicações de Lula para diretoria do BC

As indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as duas vagas abertas na diretoria do Banco Central estão atrasadas por divergências entre o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad e o presidente da autoridade monetária, Gabriel Galipolo.

Apesar de Haddad ter deixado o Ministério da Fazenda na última semana e anunciado que será candidato a governador de São Paulo pelo PT, a situação em torno da nomeação dos novos diretores não deve ser resolvida até o fim do ano.

A divergência entre Haddad e Galipolo se deu em torno dos nomes dos novos diretores. Haddad sugeriu que Lula indicasse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, e o economista Tiago Cavalcanti, ligado à universidade britânica de Cambridge.

A pasta agora está sob comando de Dário Durigan, que era secretário-executivo do ministério. Durigan tem demonstrado a seu entorno que é simpático à indicação de Mello, mas pessoas próximas avaliam que ele tentará não se envolver na discussão.

Galipolo não encampa as indicações de Haddad, e demonstrou a Lula discordar principalmente do nome de Mello. Professor licenciado da Unicamp e um dos principais nomes do pensamento econômico do PT, ele tem visões sobre a economia que divergem da visão dos agentes do mercado financeiro. Tanto é assim que, quando o seu nome veio à tona para a diretoria do BC, ele mesmo afirmou que não queria o cargo.

contaminou os preços de ativos no mercado financeiro.

Além disso, a avaliação de aliados de Lula ouvidos pela Folha de S. Paulo nos últimos dias é que o presidente deverá empregar seu capital político nas próximas semanas na aprovação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma cadeira no STF (Supremo Tribunal Federal) e deixar as conversas sobre o BC para outro momento.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, a equipe econômica expressou a Lula não ter pressa na indicação dos nomes ao BC. Parte do grupo lulista acredita que os nomes para o BC só deverão ser enviados para a análise do Senado depois das eleições "mas essa não é uma unanimidade no grupo próximo ao presidente da República".

Segundo relatos, Galipolo argumentou com Lula que a indicação do secretário de Política Econômica seria como uma intervenção do governo no Banco Central. Por esse raciocínio, a redução dos juros seria mais difícil porque poderia motivar reações mais fortes do mercado financeiro.

O presidente da República teria demonstrado inicialmente, nos bastidores, simpatia à ideia de indicar Mello apesar da contrariedade do mercado, mas não quer ariscar uma desaceleração ainda maior da queda da taxa Selic.

Nesta quinta-feira (26), Galipolo disse publicamente que diretores da autoridade monetária estão se desdobrando para compensar a falta de dois integrantes na cúpula do órgão.

Além da divergência entre Haddad e Galipolo, o mercado financeiro também avalia que as indicações políticas pesam para as indicações sejam postergadas.

O Banco Central está politicamente exposto por causa do escândalo financeiro do Banco Master. A suspeita é a de que integrantes do órgão tenham favorecido o banco de Daniel Vercoria. As supostas irregularidades teriam sido quando Roberto Campos Neto, indicado no governo de Jair Bolsonaro (PL), presidia a autoridade monetária.

O governo também ficou enfraquecido junto ao Senado depois de que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), afastou-se de Lula. Indicado para o Banco Central só podem assumir o cargo depois de serem aprovados pelos senadores.

Existe entre governistas o receio de os indicados de Lula, quando escolhidos, sofrerem resistência no Senado por causa desses dois fatos.

A avaliação de lulistas ouvidos pela Folha é de que o presidente tende a empenhar seu capital político primeiro em favor de Messias, indicado para o STF. Por esse raciocínio, as escolhas para o Banco Central ficariam para mais tarde.

O petista adiou o envio oficial da indicação de Messias ao Senado no ano passado para evitar uma derrota. Alcolumbre quer que o escolhido para o Supremo fosse seu amigo e também senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Recentemente, o presidente da República avisou aliados que pretende enviar a indicação ao Senado mesmo com riscos de ser rejeitado pelos seus membros. (Folha de S. Paulo)

Importados

Suzuki apresenta o SUV “e VITARA”

A Suzuki veículos apresentou ao mercado brasileiro seu mais novo veículo: o “e VITARA”, primeiro SUV 100% elétrico com DNA japonês a desembarcar no país. Com preço ainda em definição, o modelo deve chegar às concessionárias Suzuki Veículos nas próximas semanas, em versão única 4x4.

O e VITARA é equipado com dois motores elétricos: um dianteiro, com 174 CV e 19,6 kgf.m de torque e outro traseiro, com 65 CV e 11,6 kgf.m de torque. Combinados, os propulsores desenvolvem 184 CV de potência e 31,2 kgf.m de torque máximos, força suficiente para levar o veículo da imobilidade aos 100 km/h em apenas 7,4 segundos.

O SUV traz baterias de íons de lítio de 61 kWh que dão autonomia de 293 quilômetros segundo as normas do Inmetro. Sua possibilidade de carregamento rápido - dos 10% aos 80% em apenas 45 minutos também faz do veículo um modelo ideal para viagens um pouco mais longas ou para lugares sem muita estrutura de carregadores para veículos elétricos.

O carregamento pode ser feito por meio de dois plugs de carga. O primeiro, um AC tipo 2 de 7 kW capaz de carregar o modelo dos 10% aos 100% em 9 horas. O segundo, ideal para cargas rápidas, é um DC do tipo CCS2 com 150 kW, com capacidade de carregamento dos 10% aos 80% em apenas 45 minutos.

Seus 2.700mm de distância entre eixos garantem amplo espaço interno aos ocupantes e o que, aliado aos impressionantes 5,2m de raio de giro, oferecem um veículo compacto, espaçoso, com versatilidade e excelente dirigibilidade.

O modelo “herda” o sistema de tração AllGrip, presente em ícones off-road como as linhas Jimny e Jimny Sierra, agora adaptado para um veículo 100% elétrico. O sistema é composto por 2 modos de condução: Auto e Trail.

No modo Auto, ele atua de forma a melhorar a manobrabilidade em estradas irregulares e controla automaticamente o torque das rodas dianteiras e traseiras, o que melhora bastante a estabilidade. Totalmente automático, ele ajusta todas as configurações de tração do veículo de acordo com o tipo de piso em que se trafega.

Já o modo Trail é ideal para o uso fora de estrada, especialmente condições de baixa aderência como lama e neve. Uma vez selecionado pelo condutor, ele faz com que o veículo tenha uma condução extremamente robusta, com uma série de tecnologias que atuam de forma a manter a segurança e o bom desempenho, em qualquer tipo de terreno.

Nesse modo, caso uma das rodas esteja girando em falso, sem nenhuma aderência, o sistema identifica isso automaticamente, freia essa roda e joga o torque para as rodas com mais tração, ajudando ativamente o condutor a sair de áreas escorregadias como em caso de lama.

Interior

Por dentro, o “e VITARA” abusa do apelo high tech, combinando elementos como o display integrado, console central flutuante, volante com design horizontal e uma iluminação ambiente especial.

O modelo é equipado com teto de vidro para melhor iluminação interna e conta também com vidros dianteiros verdes com redução de ruído e sistema de proteção aos raios UV e IR. O freio de estacionamento



elétrico com auto hold, ajuda a otimizar o espaço e oferece bastante comodidade aos clientes em situações de trânsito parado.

Para total conforto, o banco traseiro conta com regulagem de distância, o que também garante um maior espaço de carga do porta-malas, que tem até 310 litros, com os bancos traseiros na posição mais à frente. Os encostos dos bancos traseiros são pensados para otimização do espaço deixando porta-malas grande e flexível: O espaço é adaptável para várias situações.

Tecnologia e segurança

A tecnologia está presente em todos os detalhes do novo “e VITARA”. A começar pelo display integrado (IDS), que combina

todas as telas presentes no veículo em um único sistema, com operação totalmente intuitiva.

O volante multifuncional traz as principais funções do veículo e de seu sistema de entretenimento sempre à mão do motorista. Por meio dele, é possível controlar o sistema de condução Adaptive Cruise Control, além dos controles de áudio e de telefone.

A tela LCD do multimídia de 10,1 polegadas é totalmente intuitiva, personalizável e

tem conexão sem fio com os sistemas Android Auto e Apple Carplay, ambos sem fio.

Ela é integrada com outra tela de 10,25 polegadas posicionada sempre aos olhos do motorista. Nela as informações mais relevantes como medidores, modos de direção e avisos diversos são exibidas de forma fixa.

Sua estrutura é extremamente reforçada com o uso amplo de aço de alta resistência e qualidade. O sistema de câmeras 360° dá uma visão ampla do exterior do veículo ao condutor, o que auxilia principalmente em manobras mais apertadas.

Os sensores de radar e a câmera monocular conseguem por meio de radares precisos, detectar veículos, motos, bicicletas e pedestres à frente do “e VITARA” e alertar o motorista caso haja risco de colisão. Caso esse risco aumente, o sistema de frenagem de emergência é acionado automaticamente.

O SUV também conta com todos os sistemas ativos de segurança disponíveis no mercado como piloto automático adaptativo (ACC), sistema de aviso de ponto cego (BSW), sistema de manutenção de faixa (LKA), prevenção de mudança de faixas (LDP), freio de múltipla colisão (MCB), alerta de tráfego traseiro (RCTA) e sistema de farol alto adaptativo (AHS).

O Suzuki “e VITARA” deve chegar ao mercado durante o primeiro trimestre de 2026 em cinco opções de cores de carroceria, todas perolizadas: verde brisa com teto preto, cinza grandeza, azul celestial prata espíndio e preto bluish.

Motos

Nova Royal Enfield Bear 650



Com suas capacidades versáteis, engenharia robusta e estética distinta de uma scrambler, a Royal Enfield Bear 650 está pronta para redefinir a experiência de pilotagem para os amantes desse estilo. A proposta vai além da estética retrô: a Bear 650 foi concebida para ser a moto mais divertida de pilotar da Royal Enfield, com foco em entrega de torque, agilidade e sensação de controle, tanto no asfalto quanto em terrenos irregulares leves.

Visualmente, o novo modelo incorpora referências diretas às lendas dos anos 60, como grafismos, números e cores. Tecnicamente, o modelo se diferencia dentro da plataforma 650, mesmo tendo base na Interceptor, por contar com calibração exclusiva de motor, novo escapamento 2 em 1 — o primeiro das bicilíndricas da marca a adotar essa configuração —, chassi reforçado e suspensão Showa com garfo invertido, conjunto pensado para entregar mais resposta em baixas rotações e maior

precisão na pilotagem.

A Bear 650 também marca uma evolução tecnológica ao ser a primeira 650 da Royal Enfield equipada com o painel Tripper Dash, TFT redondo com navegação integrada ao Google Maps, além de iluminação Full-LED e acabamentos premium.

A Bear 650 é movida pela plataforma 650-Twin da Royal Enfield. O motor entrega 47 cv a 7.250 rpm e um torque máximo de 5,76 kgf.m a 5.150 rpm, que aumenta o impulso na faixa média de rotação, em comparação com outros modelos Twin. O sistema de escape 2-1 melhora o torque e oferece resposta distinta na aceleração, enquanto o silenciador compacto reduz o peso e acrescenta à estética scrambler.

Pneus de uso misto com um toque retrô, assentos contornados de scrambler, escape 2-1, rabeta elevada, number plate e maior distância ao solo - cada elemento da Bear 650 transmite seu verdadeiro DNA desse estilo de motocicleta.

Para aqueles que desejam uma experiência clássica de scrambler “badass”, a Bear 650 recebeu um chassi mais rígido com ciclistica revisada, suspensão dianteira invertida com 130mm de curso da Showa com a tecnologia Big Piston Fork (BPF), que oferece amortecimento mais linear e equilibrado, inclusive nas frenagens, e suspensão traseira Showa bi-amortecida com 115 mm de curso.

A maior distância ao solo de 184 mm, juntamente com a combinação de rodas dianteiras de 19” e traseiras de 17”, equipadas com pneus de uso misto, proporciona uma aparência autêntica de scrambler, melhora a aderência e confere uma capacidade off-road leve.

Um guidão largo e pedais de pé posicionados de forma neutra proporcionam uma ergonomia confortável e confiante.

A motocicleta é equipada com freios a disco simples com 320 mm na dianteira e 270 mm na traseira, com a opção de desativar o ABS traseiro ao pilotar em estradas esburacadas ou trilhas.

A Bear 650 é equipada com o Tripper Dash, o novo display TFT tem uma interface simples para fácil compreensão em movimento. Os punhos de comando feitos de alumínio preto e o joystick auxiliam na interação intuitiva e sem esforço ao usar o Tripper Dash. A integração do Google Maps e a porta de carregamento USB-C proporcionam mais exploração urbana. A motocicleta também conta com iluminação Full-LED.

O novo modelo da família das 650 cilindradas da Royal Enfield chega em três versões:

Wild Honey, que tem uma combinação única de amarelo, azul e branco no tanque, por R\$ 33.990.

Golden Shadow, preta, cinza e branca com garfo dourado, por R\$ 34.490.

Two Forty Nine (249), tem quadro verde-água, tanque branco e o número 249 com grafismo quadriculado. O preço de venda dele é R\$ 34.990.

Auto Dicas

Blindagem homologada para Rampage, 1500, 2500 e 3500



A Ram anuncia o lançamento da blindagem homologada, disponível para os modelos Rampage, 1500, 2500 e 3500. O serviço mantém a garantia de 3 anos dos modelos e conta com processo de blindagem nível III-A, que garante proteção e segurança em caso de tiros de pistolas e submetralhadoras 9mm e revólveres .44.

O cliente pode comprar o veículo já blindado do estoque da concessionária, ou optar por solicitar a blindagem - composta de mantas de aramida, vidro blindado e aço balístico - de uma picape nova ou seminova diretamente com a autorizada da Ram. No caso dos seminovos, os veículos devem passar por uma avaliação prévia antes de ser encaminhado para o processo de blindagem em uma das empresas parceiras homologadas.

A Blindagem Homologada Ram é fruto de parceria com quatro das principais empresas de blindagem do país, com mais de 10 anos de mercado: Avallion, Evolution, Hi-Tech e Totality. As quatro blindadoras fazem parte da Associação Brasileira de Blindagem (Abrablind).

Uma vez blindado, os sistemas do veículo que não sofrem alterações diretas durante o processo de blindagem são cobertos

pela garantia Ram. Já os sistemas que são alterados ou modificados durante a blindagem, como o mecanismo de acionamento dos vidros, passam a ser cobertos pela garantia de 5 anos da blindadora. Caso a blindagem não seja realizada em uma das parceiras homologadas (Avallion, Evolution, Hi-Tech e Totality), o veículo (novo ou seminovo) perderá a garantia contratual de fábrica.

Outro destaque da Blindagem Homologada Ram é a recálculação homologada do sistema ADAS, um processo que mantém todas as funções de segurança nos mesmos padrões de fábrica após a blindagem, uma vez que as empresas homologadas possuem todos os equipamentos e expertise para recalibrar o sistema e garantir a instalação da blindagem sem comprometer os recursos.

Condições especiais
O cliente Ram pode solicitar o financiamento integral da sua picape com a blindagem homologada por meio da Stellantis Financiamentos diretamente nas concessionárias autorizadas da rede Ram no momento da compra do veículo. Vale destacar ainda que o financiamento é válido somente para veículos novos e para realização do serviço com as blindadoras homologadas.

Stellantis com condições especiais em serviços, peças e acessórios

A Stellantis, por meio da área de after-market (Parts & Services), amplia as oportunidades no Mês do Consumidor com descontos, vantagens exclusivas e condições especiais em serviços, acessórios e peças genuínas. São ofertas que estão disponíveis nas lojas oficiais no Mercado Livre e na rede de concessionárias das marcas Citroën, Fiat, Jeep, Peugeot e Ram, com regras e elegibilidade que podem variar conforme a marca e as concessionárias participantes.

No foco de oficina, as ações contemplam Fiat e Jeep com condições especiais em itens de alta demanda. Na Fiat, a troca de óleo e filtro sai a partir de 3x de R\$ 79,90 e, na Jeep, a partir de 3x de R\$ 99,90, com mão de obra gratuita para ambas as marcas e valores no mínimo 12% mais baratos do que os praticados em outros momentos (mediante consulta às concessionárias participantes).

Os serviços de troca de pastilhas de freio

contam com descontos atrativos. Para os modelos da Jeep, os procedimentos partem de 3x de R\$ 179,90, com instalação grátis. Em Fiat, além da instalação gratuita, há desconto mínimo de 12%. Para ambas as marcas, as oportunidades estão disponíveis conforme participação das concessionárias. Durante todo o mês, o cliente ainda encontra alinhamento e check-up grátis, válido em toda a rede Fiat e nas concessionárias Jeep participantes.

Além dos serviços, o Mês do Consumidor traz benefícios em proteção e planejamento de manutenção. A principal promoção oferece 10% de desconto na extensão de garantia (ampla ou básica) por 2 anos, válido para Fiat, Ram, Peugeot e Citroën, exclusivamente para aquisição com pagamento à vista. Para quem busca por mais flexibilidade, há parcelamento em 12x sem juros na compra de pacotes de manutenção (de 2 a 10 revisões) para Fiat, Jeep e Ram.

Yamaha Factor chega à linha 2026

A Yamaha Factor chegou à linha 2026. O modelo Factor DX 2026 ganhou a nova opção de cor Titanium Grey (Cinza Fosco) com as rodas vermelhas.

A Yamaha Factor 2026 está equipada com o motor 150cc BlueFox, que entrega 11,8 cv de potência a 7.250 rpm com giro-linha (12 cv com etanol) e 13 kgf.m de torque a 6.000 rpm. Com 15,4 litros de capacidade no tanque de combustível, a Yamaha Factor tem autonomia de mais de 800 quilômetros (55,3 km/l).

A motocicleta urbana da Yamaha oferece conforto absoluto. O conjunto formado por guidão alto, assento amplo e macio e posição ergonômica das pedaleiras garante conforto para longos períodos, tanto para o piloto como para o passageiro.

Dentre os destaques da Yamaha Factor 2026 estão o farol de LED com exclusiva luz de posição integrada e o painel estilo “Blackout”, com interface que facilita a vida do motociclista, melhorando a visualização dos dados exibidos na tela de LCD em todas as situações, de dia e de noite, com indicador de marchas e função ECO, ideal para quem quer conduzir a moto de forma mais econômica e diminuir ainda mais as despesas com combustível. O indicador aparece no painel no momento da pilotagem quando o consumo é menor, auxiliando em uma condução mais econômica.



A moto está equipada com uma suspensão com garfo telescópico de 120 mm de curso na dianteira e balanço traseira com 111 mm de curso. Os freios são combinados, com disco de 245 mm na roda dianteira e tambor na traseira. O pneu traseiro, nas medidas 100/80-18, confere um design mais robusto para o modelo. O pneu dianteiro tem as medidas 80/100-18.

A Yamaha Factor DX 2026 está disponível na nova cor Titanium Grey (Cinza Fos-

co) com rodas vermelhas, além das cores Racing Blue (Azul Metálico) com rodas azuis e Midnight Black (Preto Metálico) com rodas douradas por R\$ 18.990 (além de frete). Já a Yamaha Factor 2026 pode ser adquirida nas cores Sports White (Branco Sólido), Red Hot (Vermelho Metálico) e Black Eclipse (Preto Sólido) e tem preço público sugerido de R\$ 18.490 (além de frete). Tanto a Factor DX 2026 como a Factor 2026 têm garantia de três anos e Revisão Preço Fixo.